



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

POLÍTICA COMERCIAL EXTERNA E POLÍTICAS DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

*Seminário sobre “Política Comercial Externa
e Políticas de Defesa da Concorrência”,
realizado na Câmara dos Deputados pela
Comissão de Economia, Indústria e Comércio
no dia 15 de agosto de 2001.*

**Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA - 2002**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *Afrísio Vieira Lima Filho*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: *Suelena Pinto Bandeira*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: *Silvio Avelino da Silva*

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – CEDI

Coordenação de Publicações – CODEP

Anexo II, térreo

Praça dos Três Poderes

70160-900 - Brasília (DF)

Telefone: (61) 318-6865; fax: (61) 318-2190

publicacoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE **Ação parlamentar** **n. 171**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) **Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.**

Seminário sobre Política Comercial Externa e Políticas de Defesa da Concorrência (2201 : Brasília)
Política comercial externa e políticas de defesa da concorrência. – Brasília : Câmara dos Deputados,
Coordenação de Publicações, 2002.
70p. – (Série ação parlamentar ; n. 171)

Seminário realizado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados no dia
15 de agosto de 2001.
ISBN 85-7365-186-5

1. Política comercial, Brasil. 2. Política externa, Brasil. 3. Concorrência, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 339.5 (81)

ISBN 85-7365-186-5

Sumário

	Pág.
Política Comercial Externa e Políticas de Defesa da Concorrência.....	5
Comissão de Economia, Indústria e Comércio.....	7
Apresentação.....	9
Expositores:	
Roberto Giannetti da Fonseca.....	14
Lytha Spíndola.....	20
Armando de Melo Meziat Neto.....	26
Cláudio Monteiro Considera.....	30
Paulo de Tarso Ramos Ribeiro.....	36

Política Comercial Externa e Políticas de Defesa da Concorrência

Coordenador: Deputado Marcos Cintra (PFL/SP)

Participantes:

Deputado Marcos Cintra

Deputado Rubem Medina

Deputado Jurandil Juarez

Deputado Sílvio Torres

Deputado João Pizzolatti

Deputado Jairo Carneiro

Comissão de Economia, Indústria e Comércio

Mesa da Comissão

Presidente: Deputado MARCOS CINTRA (PFL/SP)

Vice-Presidentes: Deputado GERSON GABRIELLI (PFL/BA)

Deputado JAQUES WAGNER (PT/BA)

Deputado SÉRGIO BARROS (*PSDB/AC*)

Membros da Comissão:

Deputado ALEX CANZIANI	PSDB/PR
Deputado ALMEIDA DE JESUS	PL/CE
Deputado ALOIZIO MERCADANTE	PT/SP
Deputado ANTÔNIO DO VALLE	PMDB/MG
Deputado ARMANDO MONTEIRO	PMDB/PE
Deputado AROLDE DE OUVEIRA	PFL/RJ
Deputado ARTHUR VIRGÍLIO	PSDB/ AM
Deputado AUOUSTO NARDES	PPB/RS
Deputado BADU PICANÇO	PSDB/ AP
Deputado CARLITO MERSS	PT/SC
Deputado CHICO SARDELLI	PFL/SP
Deputado DELFIM NETTO	PPB/SP
Deputado DIVALDO SURUAGY	PST/AL
Deputado ÉDISON ANDRINO	PMDB/SC
Deputada ELCIONE BARBALHO	PMDB/PA
Deputado EMERSON KAPAZ	PPS/SP

Deputado ÊNIO BACCI	PDT/RS
Deputado FRANCISCO GARCIA	PFL/AM
Deputado GERSON GABRIELL	PFL/BA
Deputado GIV ALDO CARIMBÃO	PSB/AL
Deputado HERCULANO ANGHINEITI	PPB/MG
Deputado JAIRO CARNEIRO	PFL/BA
Deputado JAQUES W AGNER	PT/BA
Deputado JOÃO PIZZOLATTI	PPB/SC
Deputado JOÃO SAMPAIO	PDT/RJ
Deputado JURANDIL JUAREZ	PMDB/AP
Deputado LÉO ALCÂNTARA	PSDB/CE
Deputada LÍDIA QUINAN	PSDB/G
Deputado LUIZ FERNANDO	PPB/AM
Deputado MARCIO FORTES	PSDB/RJ
Deputado MARCOS CINTRA	PFL/SP
Deputada MARIA ABADIA	PSDB/DF
Deputada MARISA SERRANO	PSDB/MS
Deputado MÚCIO SÁ	PTB/RN
Deputado NELSON PROENÇA	PMDB/RS
Deputado OSÓRIO ADRIANO	PFL/DF
Deputado PAULO OCTÁVIO	PFL/DF
Deputado RICAROO BERZOINI	PT/SP
Deputado RICARDO FERRAÇO	PSDB/ES
Deputado RICARDO FIÚZA	PPB/PE
Deputado RONALDO VASCONCELLOS	PL/MG
Deputado RUBEM MEDINA	PFL/RJ
Deputado RUBENS BUENO	PPS/PR
Deputado SÉRGIO BARROS	PSDB/AC
Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT/MG
Deputado W ALDEMIR MOKA	PMDB/MS
Deputada VEDA CRUSIUS	PSDB/RS
Deputada ZILA BEZERRA	PTB/AC

Apresentação

A Comissão de Economia, Indústria e Comércio realizou, no dia 15 de agosto de 2001, Seminário sobre o tema "Política Comercial Externa e Políticas de Defesa da Concorrência".

O evento, de nossa iniciativa, contou com a presença dos Senhores Armando de Meio Meziat Neto, Diretor do Departamento de Defesa Comercial - DECOM/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Cláudio Monteiro Considera, Secretário de Acompanhamento Econômico/SEAE - Ministério da Fazenda; Lytha Spíndola, Secretária de Comércio Exterior - SECEX/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Secretário de Direito Econômico - SDE/Ministério da Justiça; e Roberto Gianetti da Fonseca, Secretário da Câmara do Comércio Exterior - CAMEX/Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior. Este Seminário teve como principal objetivo discutir as políticas de defesa das concorrências internas e externas vigentes no País e oferecer propostas para o avanço dessa discussão.

O Secretário da Camex chamou a atenção para a questão tributária, para a iniquidade de concorrência entre o produto importado e o exportado. A esse respeito, é necessário salientar que o Governo previu, em seu último pacote tributário, medidas de desoneração das exportações, propondo mecanismos alternativos para a desoneração do PIS/Pasep e Cofins, se as empresas julgarem inadequados os 5,37% permitidos hoje pela legislação e, também, por meio da contribuição de intervenção do domínio econômico, tributando o produto importado para garantir a isonomia deste com a produção interna. É de se estranhar, no entanto, que empresários reunidos na Ação Empresarial manifestaram-se contrários à isonomia entre o produto exportado e o importado quando deveriam ter apoiado.

O representante da Camex enfatizou, ainda, ser necessário que se crie um sistema de defesa comercial que preserve a produção nacional, os empregos e a indústria brasileira, eliminando práticas desleais de comércio, como o *dumping*. O Brasil hoje, exporta empregos e rendas quando deveríamos exportar produtos serviços e valores agregados a fim de melhorar a qualidade de vida da população.

As exposições deixaram claro que o Brasil possui hoje uma das legislações mais avançadas do mundo, no que diz respeito à política comercial externa e à defesa da concorrência. Mas será que funciona? Precisamos abrir esse debate. Até que ponto a legislação estará atendendo à expectativa do empresariado, da economia e do contribuinte brasileiros com relação à defesa dos seus interesses e dos interesses nacionais? O Brasil é conhecido como um país que tem uma excelente legislação, mas com pouco efeito prático.

A questão tributária tem sido apontada como a grande responsável pelo nosso déficit comercial. Por outro lado temos uma desvalorização cambial superior a 1000/0 em dois anos e de 40% em menos de seis meses. Nem assim as exportações reagiram. É preciso então que o debate sobre a questão tributária seja aprofundado. Não podemos responsabilizá-la por todos os problemas que enfrentamos com o déficit comercial. Trata-se, na realidade, de um conjunto de medidas que precisam ser discutidas em torno da política comercial interna e externa, da política de concorrência, da questão tributária e de outros aspectos como a questão logística e a dos mecanismos de exportação.

O objetivo da Comissão, por meio deste Seminário, foi definir algumas linhas prioridades e fazer com que as decisões do Governo se tornem mais ágeis, com maior apoio político e, sobretudo que tenham maior visibilidade perante a sociedade brasileira.

Deputado Marcos Cintra Presidente



Da esquerda para a direita os Senhores Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Secretário de Direito Econômico - SOEI MJ; Lytha Spíndola, Secretária de Comércio Exterior - SECEX/MDIC; Roberto Giannetti da Fonseca, Secretário da Câmara do Comércio Exterior - CAMEX/MDIC; Deputado Marcos Cintra, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; Armando de Meio Meziat Neto, Diretor do Departamento de Defesa Comercial - DECOM/MDIC; e Cláudio Monteiro Considera - Secretário de Acompanhamento Econômico! SEAE/MF

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Vamos dar início aos trabalhos.

Esclareço a todos que, hoje, trataremos do tema "Política Comercial Externa e Políticas de Defesa da Concorrência". O objetivo deste seminário é debater a política de concorrência vigente no País e oferecer propostas para o avanço dessa discussão.

Esta Comissão já realizou algumas audiências públicas sobre o assunto, mais especificamente a política de defesa da concorrência, quando, por solicitação de vários Deputados da Comissão, discutimos um processo *anti-dumping* para a fabricação de produtos de náilon no Brasil, contra a Coréia. Apesar de existir uma política de defesa da concorrência, e embora tenhamos o objetivo de fazer com que a busca da competição, tanto nas relações internas quanto nas externas, seja uma política de Governo, ficou a sensação de que os procedimentos adotados ainda são muito lentos e de que não existe prioridade para o setor. Mormente agora, quando se discute a inserção do País em blocos de comércio como a Alca ou mesmo a sobrevivência do Mercosul- há também propostas de acordos com a União Européia -, é fundamental que o País assuma uma postura clara, firme, sobretudo ágil no que diga respeito a esses assuntos.

Essa é a razão pela qual marcamos este debate. É preciso definir algumas linhas, algumas prioridades, sobretudo fazer com que as decisões do Governo sejam mais ágeis, tenham maior apoio político e, principalmente, maior visibilidade perante a sociedade brasileira.

Agradeço imensamente a presença dos convidados e, de imediato, convido para compor a Mesa o Dr. Roberto Giannetti da Fonseca, Secretário da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; a Dra. Lytha Spíndola, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Dr. AnDando de Meio Meziat Neto, Diretor do Departamento de Defesa Comercial- DECOM, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Dr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e o Dr. Cláudio Monteiro Considera, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Registro ainda a presença da Dra. Maria do Rosário, Diretora do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX.

Esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito a todos que falem ao microfone.

Nossas regras são bastante rígidas no que diz respeito à condução das audiências públicas, mas acho que podemos torná-las bem mais flexíveis, para que o debate flua. Vou passar a palavra aos convidados, para que exponham, durante quinze minutos, seus pontos de vista. Posteriormente passaremos a palavra aos Srs. Deputados. A folha de inscrição já se encontra sobre a mesa.

Tem a palavra o Dr. Roberto Giannetti da Fonseca.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA - Muito bom-dia. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, Deputado Marcos Cintra, pela gentileza do convite para vir aqui discutir o tema "Política Comercial Externa e Políticas de Defesa da Concorrência", bastante oportuno e atual.

Começaria relacionando alguns fatos que, no século XX, a observação empírica demonstrou ser bastante nítidos e relevantes em relação à teoria econômica.

O primeiro ponto a ser observado é que a taxa de crescimento do comércio mundial, especialmente na segunda metade do século, é cerca de três vezes superior à taxa de crescimento do pm mundial. Países com maior grau de abertura e maior taxa de crescimento de comércio exterior tendem a apresentar maior nível de competitividade e, conseqüentemente, maiores taxas de crescimento econômico. Os exemplos são inúmeros, não precisarmos nem listá-los. Mas certamente aqueles países que tem praticado uma política de comércio exterior mais agressiva e contundente têm demonstrado crescente nível de competitividade e melhores taxas de crescimento econômico.

Outro fato a ser considerado, também como paradigma do século XX é que o sistema de livre concorrência demonstrou de forma nítida suas virtudes em relação aos sistemas de controle e monopólio estatal. Em primeiro lugar, em relação à qualidade de vida, seja de trabalhadores, seja de consumidores, dando atualmente aos consumidores a opção de escolha de produtos de melhor preço e melhor qualidade. Outra virtude desse sistema é a melhor alocação de recursos da economia. Sem dúvida, as economias que o adotaram tiveram muito melhor eficiência na alocação de seus escassos recursos e, com isso, muito melhor desempenho econômico. Em terceiro lugar, a livre concorrência trouxe a esses países um permanente estímulo à competitividade e à inovação tecnológica, fator também fundamental para a qualidade de vida de trabalhadores e consumidores.

Observamos, ainda no século XX, a gradual falência dos monopólios estatais e privados, a partir de leis como as antitruste. Elas evitaram que setores estratégicos da economia mundial e mesmo de economias nacionais, em alguns casos, ficassem fragilizados pela existência de um poder hegemônico de uma ou poucas empresas, cartéis que poderiam adotar políticas de preço e de qualidade de produto não adequadas para suas respectivas populações.

O mundo evoluiu muito nesse aspecto. Porém, o chamado mundo perfeito, o mundo ideal não existe - não temos nenhuma ilusão quanto a isso em termos de teoria econômica. Mercados em perfeito equilíbrio, com concorrência ampla e pleno emprego, em economias plenamente abertas, é uma ilusão. Ainda temos no mundo enormes imperfeições, práticas de comércio desleais, políticas tarifárias e tributárias inadequadas, além de, em alguns setores, grande concentração de poder em tomo de poucas empresas. Essa imperfeição dos mercados internacionais e nacionais certamente é motivo de preocupação crescente, porque aponta a defesa comercial como único antídoto possível para regular e estabelecer normas de competitividade que se interponham a essas imperfeições.

Nos últimos anos, temos assistido a um processo de integração competitiva da economia brasileira que julgamos contínuo e inexorável, sem retrocesso. A propósito, na última quinta-feira, tive a oportunidade de estar nesta Casa, na Comissão de Finanças e Tributação, debatendo com outros palestrantes questão altamente relevante: a Alca e os processos de integração econômica que estamos experimentando.

O tema "Alca" tem muito a ver com o que vamos discutir agora. Temos de julgar, à luz da competitividade da economia brasileira e das regras que se interpõem, em que ponto teremos o equilíbrio, o ajuste competitivo da nossa economia, problema específico e exclusivo da nossa própria sociedade, com regras compatíveis, equilibradas, para que haja um funcionamento minimamente aceitável em termos de acesso a mercados, e a Alca possa ser benéfica a todos os países e não a poucos, especialmente àquele que tem presença mais relevante, mais hegemônica, que são os Estados Unidos. Os Estados Unidos têm na sua lei de *antidumping* um dos pontos mais claros da controvérsia em relação ao que julgamos aceitável para uma economia integrada no hemisfério americano.

Os processos de integração, no entanto, em âmbito multilateral, regional e bilateral, estão avançando de forma bastante veloz e nos trazem a preocupação de dotar o Brasil de mecanismos de defesa comercial ágeis, bastante efetivos, que permitam que esse grau de abertura crescente da economia brasileira não exponha nosso setor produtivo a práticas desleais de comércio, como freqüentemente ocorre no comércio mundial.

O ajuste competitivo das economias, também o da brasileira, passará cada vez mais a se dar no binômio câmbio e tarifa. A proteção efetiva ficará restrita, no futuro próximo, apenas a esses dois mecanismos. As barreiras não-tarifárias, os controles quantitativos de importação e outras restrições que se fizeram no passado a um processo de importação muitas vezes inconveniente ou injusto deixam de existir diante das novas regras que imperam no comércio mundial, seja no âmbito da OMC, seja no âmbito de acordos regionais. Daí a crescente importância dos instrumentos de defesa comercial, para evitar a concorrência desleal, o chamado *unfair trade*, a prática de subsídios, ainda frequentes nas economias desenvolvidas, como também a prática ilegal do subfaturamento de importações e o surgimento de cartéis e monopólios internos e externos que impõem suas condições de competitividade a mercados como o brasileiro.

Os detalhes dos instrumentos de defesa comercial que estão sendo aperfeiçoados no Brasil deixarei a cargo da Sr. Lytha Spíndola e do Sr. Armando Meziat, muito mais experientes do que eu nessa área, uma vez que está subordinada a eles essa incumbência na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento. Eles podem expor com mais amplitude esse assunto específico. Apenas salientarei alguns pontos de reflexão para os membros desta Comissão, os palestrantes e os debatedores que se apresentarão.

A iniquidade competitiva ocorre também no Brasil por conta da perversa estrutura tributária que aqui ainda vigora, tema que temos discutido com frequência tanto com os Poderes Executivo e Legislativo, na questão da reforma tributária, quanto com o setor produtivo nacional, que revela permanente contrariedade com o sistema tributário hoje em vigor.

Fato é que existem inúmeros exemplos de concorrência desleal e de importação com produção interna não por ocorrência de prática desleal de comércio por parte do exportador ao Brasil, mas em razão da iniquidade do nosso sistema tributário. Para não ficar só na teoria, citarei um exemplo. Como este País, que desejamos cada vez mais competitivo, cada vez mais integrado, ainda mantém certas incongruências nas práticas de comércio, com o absurdo da exportação de empregos e renda para o exterior, o que considero de mais perverso numa economia em desenvolvimento como a nossa?

Vejamos o exemplo do setor da fruticultura irrigada, que tem apresentado nos últimos anos formidável desempenho exportador, tomando nossas frutas tropicais conhecidas no mercado externo e criando um sistema moderno, eficiente, com alto grau de tecnologia aplicada, produção qualitativa e competitiva. É o caso da exportação das frutas manga, melão, uva e papaia por empresas do Nordeste que já encontram um mercado internacional ávido pela sua oferta. Pois imaginem os senhores que as caixas de papelão que embalam essas frutas - que deveriam ser produzidas aqui um dos mais competitivos países produtores de papel e celulose do mundo - são importadas da África do Sul. Será que ignoramos que podemos produzi-las no Brasil? Não. As caixas não são fabricadas aqui por um viés tributário dramático - PIS Cofins e ICMS. A incidência desses três tributos na produção nacional cria um viés de 21 % na carga tributária que os produtores de frutas não conseguem compensar e vira custo enquanto a caixa importada pelo sistema *drawback* tem a suspensão dos tributos na importação - portanto tratamento privilegiado em relação à produção nacional - e na exportação há isenção. Essas caixas importadas da África do Sul não trazem incorporadas no seu preço nenhum custo tributário que onere o produto.

Quando falamos de concorrência entre produtos importados e produtos nacionais procurando criar um sistema de defesa comercial que preserve a produção nacional os empregos a indústria brasileira naquilo que é legítimo na eliminação de práticas desleais de comércio como o *dumping* o subfaturamento os subsídios não podemos deixar de relacionar também algo que depende só de nós: a iniquidade do nosso sistema tributário que tem de ser na medida do possível corrigida, e por mecanismos que já são conhecidos. Continuamos fazendo do Brasil de forma absurda, um exportador de empregos e de renda. Queríamos exportar produtos e serviços valor agregado jamais empregos e renda, que é o de que precisamos para melhorar a qualidade de vida da nossa população.

Ainda nesse mesmo cenário de competição legítima, de tentar criar no Brasil um cenário competitivo aceitável para as empresas brasileiras quero fazer referência ao setor de serviços especificamente ao setor de transporte marítimo e aéreo que enfrenta sério viés do ponto de vista legal. Nossas empresas são submetidas a uma concorrência tal que acabam por ser eliminadas aos poucos do setor acabando também os empregos e a autonomia delas no País. Por quê? Porque a legislação trabalhista e tributária é irrealista em relação ao que se pratica no mercado internacional e isso tem causado a internacionalização das empresas brasileiras.

Vejam por exemplo o caso do frete marítimo de longo curso. Acabou a navegação de longo curso no Brasil. Na área de comércio exterior brigamos pelos minguados dólares de superávit comercial que eventualmente ainda poderemos conseguir este ano. Toda semana a imprensa dá grande destaque ao

nosso desempenho - um pequeno saldo um pequeno déficit - mas esquecem de ver, tanto a mídia quanto setores do Executivo, aquilo que hoje é mais dramático no nosso déficit de transações correntes: o déficit da área de transporte de frete marítimo. Temos um déficit de seis bilhões de dólares, que aumenta na medida em que cresce nosso comércio exterior, porque todas as empresas, sem exceção, foram internacionalizadas. Se não adequarmos nossa legislação trabalhista e tributária ao cenário internacional, jamais serão recriadas as empresas de marinha mercante de longo curso, e vamos viver eternamente com a evasão de dólares para pagamento dos nossos fretes a empresas que antigamente eram de bandeira brasileira, aqui sediadas, e hoje se tomaram exclusivamente estrangeiras.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados também para a área de navegação aérea. Vejam os prejuízos anunciados esta semana pela Transbrasil e pela Varig. Estamos na iminência de ver, num futuro muito próximo, a inviabilidade de operação das nossas empresas de transporte aéreo, se algo não for feito para solucionar os problemas de legislação tributária e trabalhista, que oneram essas empresas em níveis muito superiores aos que atingem as empresas internacionais. Não podemos prescindir, num país com a dimensão do Brasil, de empresas de navegação aérea de bandeira nacional, mas estamos na iminência de ver isso acontecer.

A concorrência desleal não ocorre só por práticas externas contra o Brasil, mas também por viés, por desvios internos da nossa legislação, que tornam as empresas brasileiras vulneráveis. Há desvantagens competitivas notórias na nossa economia, que só com o tempo serão corrigidas. Temos um custo de capital, um custo tributário e um custo de logística mais elevados.

É com esse triângulo de desvantagens competitivas - logística, de capital e tributária - que nós, na Camex, temos trabalhado, fazendo o possível para eliminar as incorreções e tornar as empresas brasileiras cada vez mais passíveis de um ajuste competitivo e real dentro do que é a economia de mercado, do que é o sistema de livre concorrência. O sistema que prezamos deve ser o mais eficiente para alocação de recursos e desenvolvimento competitivo do setor produtivo brasileiro.

São estes pontos que considero imprescindível discutir neste seminário: não só o sistema de defesa comercial, que aqui será apresentado pela Sr. Lytha e pelo Sr. Armando, em nome do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mas também até que ponto nossa economia está de fato permitindo a concorrência legítima e equilibrada entre as empresas brasileiras e as empresas estrangeiras que aqui têm acesso e praticam seus negócios. Certamente essa é a evolução do processo.

Não podemos nos iludir, a concorrência internacional será cada vez maior e mais freqüente, mas pelo menos que aconteça num ambiente correto, justo, equilibrado. Caso contrário, vamos assistir ao progressivo dismantelamento das empresas nacionais, e isso não é aceitável para a sociedade brasileira. Tenho certeza de que essa não é a idéia de ninguém presente nesta sala. Portanto, urge que façamos algo na área legislativa e executiva para evitar que esse cenário progrida de forma injusta sobre setores e empresários brasileiros que têm feito o possível para tornar seu trabalho digno de uma concorrência internacional legítima e competitiva.

Concluo, Deputado Marcos Cintra, o meu depoimento. Ficarei à disposição dos Srs. Deputados para o futuro debate.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Quero agradecer ao Dr. Roberto Giannetti da Fonseca as palavras.

O objetivo deste debate é discutir as políticas de defesa da concorrência. tanto interna quanto externa. a política comercial. E dois pontos da exposição do Dr. Roberto Giannetti da Fonseca chamaram-me a atenção. Primeiro, quando Sua Senhoria diz que a política de defesa da concorrência está calcada nos princípios basilares da ciência econômica de busca de mercados perfeitos, competitividade perfeita, e assim por diante.

A moderna teoria de organização industrial vem mostrando que vantagem competitiva se obtém não exatamente por meio da pulverização, da concorrência, digamos, entre atividades econômicas pequenas e iguais, mas sobretudo em função de *marketing chair*, em função de tamanho, que passa a ser hoje um dos grandes fatores determinantes na busca e na difusão de tecnologia, na conquista de mercados.

Deixo esta pergunta para a fase dos debates: como a política de defesa da concorrência no Brasil, que imagino esteja calcada na política *antidumping* americana do início do século passado, quando realmente havia os cânones de competição perfeita como ideal, como isso está superado pelo avanço das modernas formas de organização industrial, que dão um peso muito grande ao tamanho, ao *marketing chair*, com a natural oligopolização dos mercados? Como a política de defesa da concorrência no Brasil enfrenta esse possível di- lema?

Outra questão: o Dr. Roberto Giannetti da Fonseca chama a atenção de todos nós para a questão tributária, para a iniquidade de concorrência entre o produto importado e o produto exportado. Quero ouvir um esclarecimento ou, pelo menos, uma interpretação do Secretário a respeito.

O último minipacote tributário, se é que se pode chamar assim, prevê não só o aprofundamento das medidas de desoneração das exportações, quando propõe um mecanismo alternativo para desoneração de PIS/Pasep caso as empresas julguem inadequados os 5,37% que hoje a legislação permite, como também, por meio da contribuição de intervenção do domínio econômico, a tributação do produto importado, para que se garanta a isonomia do produto importado relativamente à produção interna.

O que me chama a atenção é que essas medidas, embora caminhem exatamente na direção daquilo que o Sr. Roberto Giannetti da Fonseca vem afirmando, encontraram, na semana passada, oposição muito forte por parte dos empresários reunidos na Ação Empresarial. quando fizeram um manifesto criticando essa medida que busca garantir isonomia entre o produto importa- do e o exportado. Parece-me que há clara contradição entre o que justificada- mente deveria encontrar boa receptividade por parte da produção nacional e o que efetivamente está acontecendo. Gostaria de ouvir uma explicação que justificasse essa aparente contradição.

Passo a palavra à Drª Lytha Spíndola, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A SRA. LYTHA SPÍNDOLA - Bom-dia a todos.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, vou fazer um pequeno esclarecimento. A Secretaria de Comércio Exterior tem três atribuições principais: primeira, participar das negociações internacionais em todos os âmbitos - multilaterais, regionais, birregionais, bilaterais -, municiando com dados o Ministério das Relações Exteriores, que fala em nome do Brasil nos foros de negociação; faz as simulações de impactos, efeitos e ganhos para setores e produtos nas eventuais alterações da estrutura tarifária. Segunda, controlar as anuências no comércio exterior e os demais parceiros do comércio exterior, através de um setor administrativo de toda natureza. Terceira, fazer a defesa comercial, que trata de *antidumping*, subsídios, direi- tos compensatórios e salvaguardas. Vou me ater a essa terceira vertente, que me parece ser o tema principal do encontro de hoje.

A abertura comercial, que se iniciou nos anos 90, baseou-se em três instrumentos principais: a redução tarifária, a eliminação dos controles administrativos e a desregulamentação das operações de comércio exterior. O Brasil encontra-se hoje inserido no comércio internacional de forma definitiva. Te- mos pouco tempo, pouca história, pouca experiência, pouco aprendizado e poucos pactos para a disputa internacional, tanto no setor público quanto no setor privado, mas o fato é que hoje já estado num grau de abertura bastante elevado e numa trajetória sem retomo.

Como ocorre com todas as economias que praticam o livre comércio, era preciso que o Brasil se preparasse para agir com rapidez e eficiência sempre que suas exportações sofressem restrições por meio de ações protecionistas ou que suas importações incorporassem práticas desleais de comércio que prejudicassem o parque industrial brasileiro.

A consolidação da abertura comercial exigiu, portanto, que o Governo dedicasse atenção prioritária ao setor de defesa comercial, aparelhando-o para o combate às práticas desleais de comércio.

Foi nesse contexto que o Brasil aperfeiçoou seu sistema de defesa comercial. Os acordos *antidumping*, de subsídios, medidas compensatórias e de salvaguardas fazem parte do conjunto de normas da OMC, ao qual o Brasil aderiu formalmente no final de 1994, internalizado com o Decreto nº 1.355, de 1994.

Anteriormente, no âmbito do GAU, os países aderiam separadamente aos códigos de *dumping* e subsídios. O Brasil, mesmo não fazendo uso de medidas de defesa comercial, já era signatário de tais códigos. Em 1988, aplicou pela primeira vez medidas *antidumping* e, desde 1991, estamos ampliando a utilização desses instrumentos.

As práticas de *dumping* e de subsídios são consideradas desleais, assim a reação a esse tipo de comércio constitui-se legítima defesa. A imposição de direitos *antidumping* ou compensatórios atinge somente o transgressor, e seu objetivo é neutralizar o dano causado à produção doméstica por conta de vendas a preços artificialmente baixos.

A salvaguarda, por sua vez, busca atenuar o custo de ajustamento das indústrias nacionais diante de surtos de importação que estejam desestruturando o mercado interno. Na medida em que o setor beneficiado assuma compromisso de reestruturação competitiva e que seja dada compensação aos parceiros comerciais prejudicados, pode-se temporariamente restringir tais importações.

São esses, senhores, os instrumentos de defesa comercial. Em todos os casos, é realizada uma investigação com ampla participação de todas as partes interessadas - o contencioso é profundamente aberto, todos os atos são publicados, isto é, tomados públicos, e o direito de defesa é garantido em todo o processo. As informações e opiniões são confrontadas, para que se possa impor um direito ou aplicar uma salvaguarda dentro dos limites trazidos pelos dados aportados ao longo do contencioso.

Nos casos de práticas desleais de comércio, a investigação deve com- provar a existência de *dumping* ou de subsídios, de dano à produção doméstica e de nexo causal entre ambos. Para utilização da salvaguarda, deve-se constatar prejuízo grave causado por importações crescentes. Independentemente do tipo de investigação, as conclusões devem constar de parecer publicado no *Diário Oficial* e todos os procedimentos previstos nas normas da OMC devem ser observados. O país que aplica a medida, caso questionado internacional- mente, terá de aceitar pedidos de consulta e eventualmente defender sua posição em painéis na OMC.

O Brasil, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, na Europa e nos demais países, adota a prática de verificar *in loco*, sempre que necessário, os dados que compõem um processo *antidumping*, tanto interna quanto externamente, para aferir a veracidade das informações prestadas e proporcionar maior consistência às investigações e a seus resultados. Todas essas demandas exigem trabalho sofisticado e eficiente, e têm sido atendidas pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento. Essa competência foi-nos dada em 1995.

Além de conduzir as investigações contra práticas desleais, também temos de defender os exportadores brasileiros contra investigações abertas em terceiros países. Essa última tarefa está relacionada à virtude das exportações brasileiras e passa a ter fundamental importância diante da ameaça do aparecimento de uma nova onda protecionista, agravada pelo recurso, muitas vezes arbitrário, de parte dos países desenvolvidos a medidas de defesa comercial, como brasileiras ao comércio. Para o Brasil, é vital ampliar suas exportações, e o papel da Secretaria de Comércio Exterior nessa área é impedir que restrições protecionistas reduzam nossas vendas externas, especialmente aquelas já tradicionais dos principais produtos de nossa pauta, exatamente aqueles em que somos altamente competitivos.

O apoio ao exportador, sujeito a um processo no exterior, começa pela orientação sobre a legislação internacional de defesa comercial, passa pelo exame dos procedimentos que estão sendo adotados contra ele, continua na estruturação de sua defesa e conclui-se na formação do posicionamento do Governo para contratação na OMC, caso tenha havido desrespeito a normas ou a procedimentos regulamentares. Para esse mister, a Secex trabalha de forma cooperativa e integrada com a Câmara de Comércio Exterior e, em particular, com o Ministério das Relações Exteriores. Cabe ressaltar todo o trabalho desenvolvido na estruturação desse departamento no Brasil, que é bastante recente e tem adquirido experiência, com resultados e taxas de êxito ~ paráveis aos dos países desenvolvidos.

As decisões tomadas na Rodada Uruguai, em 1994, que apresenta avanços sobre a Rodada de Tóquio, foram trazidas à legislação brasileira, que regula a defesa comercial.

Quanto às competências, a Câmara de Comércio Exterior é composta por Ministros, com o objetivo de decidir sobre a fixação de direitos provisórios ou definitivos para *antidumping*, subsídios e salvaguardas; decidir sobre a suspensão da exigibilidade desses direitos provisórios; homologar o compromisso de preços, quando couber; e definir diretrizes para a aplicação das receitas oriundas da cobrança dos direitos *antidumping* e compensatórios, que hoje estão com sua receita vinculada. Compete à nossa Secretaria decidir sobre a abertura da investigação e o início do processo de revisão de direito definitivo ou de compromisso de preço. Além do mais, nossa Secretaria conduz todo o processo de preparação dessas investigações.

As decisões finais pertinentes a uma investigação para fins de aplicação de medidas *antidumping*, compensatórias ou de salvaguarda, bem como a re- visão das decisões das mesmas, são tomadas com base em parecer formulado pelo Departamento de Defesa Comercial. O parecer é levado a um grupo técnico de defesa comercial instituído no âmbito da Camex e posteriormente o resultado dessa análise técnica é levado aos membros do Comex, que é o Comitê de Vice- Ministros da Camex. Finalmente, à Camex. Ressalte-se que as decisões no âmbito da Camex são tomadas por consenso.

Com relação a pessoal, o Decom tem feito treinamentos. Temos uma equipe de 45 técnicos profissionais extremamente qualificados e dedicados, mas ao longo dos anos perdemos muitos funcionários da antiga Cacex, que eram do Banco do Brasil, pois eles se aposentam, vão saindo. Estamos tentando reconstituir nossa equipe com novos analistas de comércio exterior. Já realizamos dois concursos no semestre passado, e sessenta novos analistas estão trabalhando junto à Secretaria de Comércio Exterior. Boa parte deles foi deslocada para o Departamento de Promoção Comercial.

Também damos todo o empenho a que o órgão competente nessa matéria trabalhe em colaboração estreita com o setor privado - afinal, é o beneficiário de todos esses esforços. Nosso papel é a defesa da indústria nacional, da produção nacional. Nessa matéria é imperioso que os empresários, o setor privado, o Congresso Nacional participem conosco, debatendo o tema e apoiando o exercício daquelas tarefas que, afinal, são multissistêmicas, afetam todos e caminham em prol de soluções para problemas brasileiros decorrentes de concorrências desleais no exterior.

Já participamos de diversas palestras, com centenas de entidades. Temos total disponibilidade e interesse de participar de eventos de esclarecimentos, uma vez que o empresário brasileiro desconhece a legislação de defesa comercial, que pode ampará-lo e ajudá-lo a resolver seu problema quando sofre concorrência desleal de importações de outros países.

Procuramos divulgar a existência desse departamento e da equipe técnica disponível para ajudar nessas investigações - e, muitas vezes, convencer os empresários de que, sim, adianta procurar o Governo para tentar uma medida dessa natureza. Se no passado essas investigações levavam um ano e meio em média, hoje já conseguimos trabalhar numa espécie de rito sumário, com direitos provisórios, num prazo que supera pouco os noventa dias. Ou seja, a partir de três meses, se a instrução do processo for completa e os elementos forem trazidos ao Decom, temos todas as condições de fazer um processo célere, que possa, de imediato, estancar o dano, o prejuízo causado pelas importações desleais àquele segmento produtivo nacional.

Os resultados desse trabalho têm sido animadores. Temos um total de 118 petições, e 88 resultaram em abertura de investigação, o que representa cerca de 75% de taxa de sucesso. Relativamente ao encerramento das investigações, também o êxito do trabalho feito no Brasil tem sido muito grande, bastante respeitado em outros países.

Isso podemos perceber claramente nos foros técnicos internacionais sobre a matéria. Temos 60% das investigações encerradas com imposição de direitos e cerca de 40% das investigações concluídas sem a aplicações de medidas. Das 51 medidas definitivas atualmente em vigor, ou seja, das em que estão sendo cobrados os direitos *antidumping*, uma de salvaguarda, onze referem-se a produtos de origem chinesa; cinco, a produtos vindos dos Estados Unidos; três, a produtos da África do Sul; três, a produtos da França; três, a produtos do México; duas, a produtos da Alemanha; duas, a produtos da Espanha; duas, a produtos da Índia; duas, a produtos do Reino Unido; e duas, a produtos da Romênia. Um único produto em dezesseis diferente países, totalizando 51 medidas.

Com relação à atribuição de apoiar o exportador brasileiro sujeito a investigação no exterior, a Secex já contribuiu em quarenta processos, tendo realizado intenso trabalho junto à base do setor privado e participado de inúmeras consultas com governos estrangeiros.

Esses números e fatos conhecidos deixam ver apenas a parte do caminho já percorrida, mas existem investigações solicitadas e ainda não abertas, em fase de exame técnico, de natureza ainda sigilosa.

A tendência, com o agravamento da competição internacional e da ampliação dos fluxos de comércio, é de acirramento das disputas comerciais, portanto, de incremento ao recurso da defesa comercial como elemento mitigador ou elemento que se contrapõe às práticas desleais de comércio.

O Brasil precisa conseguir com empenho o objetivo de reforçar essa área, capacitar e ampliar os recursos materiais e humanos a ela dedicados, inclusive orçamentários. Temos de mandar pessoas para o exterior, para fazer investigações *in loco* em outros países, em empresas estrangeiras, com o objetivo de ajudar na defesa das empresas nacionais. Essa é uma tarefa de todos nós, Executivo e Congresso Nacional. Tenho a impressão de que o trabalho desta Comissão será fundamental para nos apoiar, nos criticar e nos incentivar a concluir e a ampliar o escopo e a abrangência dessa nossa tarefa de defender a empresa nacional diante da concorrência desleal estrangeira.

Senhor Presidente, gostaria apenas de fazer uma observação sobre a grande diferença que existe entre defesa comercial, que é *antidumping*, subsídios, salvaguardas, e defesa da concorrência, que é antitruste e cartel. São matérias bastante diferentes. Nosso objetivo é proteger a indústria comercial contra práticas externas, como vendas aqui abaixo do preço praticado no resto do mundo e no país de origem do fabricante, medidas compensatórias contra subsídios dados por outros países a seus produtos e salvaguardas, uma espécie de proteção temporária da indústria brasileira. Quando ela ainda não tem condições de concorrer no resto do mundo com a abertura integral, propõe-se, então, a trabalhar no nível da tarifa consolidada, o nível máximo de proteção, enquanto faz o dever de casa, com investimentos e modernização. Isso é defesa comercial. Defesa da concorrência é algo bastante distinto, e não vou falar sobre isso porque temos aqui os maiores especialistas do Brasil na matéria.

Muito obrigada. (palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço à Secretária Lytha Spíndola a exposição e informo a todos os convidados que as palavras estão sendo gravadas. É intenção da Comissão publicá-las num fascículo, dada a importância do tema, a qualidade dos expositores, a oportunidade deste momento econômico.

Peço aos senhores que autorizem a Câmara dos Deputados a fazer essa publicação. Tentarmos dar a este evento a maior divulgação possível.

Quero fazer um breve comentário sobre o que disse a Dr^a Lytha Spíndola. Parece-nos que, em matéria de defesa comercial, a presteza das ações é, quem sabe, tão importante quanto o próprio conteúdo das medidas adotadas de médio e longo prazo. Talvez os Deputados Aloizio Mercadante e Emerson Kapaz possam me socorrer. Nas audiências públicas que realizamos sobre a reclamação *antidumping*, parece que houve um lapso de tempo, de dois ou três anos, entre o início do processo e a primeira medida prática operacional de preservação dos direitos da empresa que se julgou afetada pelo *dumping*, que, aliás, foi reconhecido pelo Ministério. Eu gostaria muito, portanto, de que na fase de debates nós pudéssemos abordar o aspecto presteza, agilidade, oportunidade das ações.

Tenho participado de alguns eventos relacionados não propriamente à política comercial externa, mas à defesa da concorrência interna, como, por exemplo, no caso do suco de laranja - está aqui o Deputado Nelson Marquezelli, que conhece bem o assunto. São oito anos discutindo essa questão. Nesse meio tempo, a amarelinha já destruiu 40% da produção de laranja em São Paulo e nada foi efetivamente feito no que diz respeito à adoção de medidas de preservação da concorrência.

Deixo registrada como preocupação da Câmara dos Deputados a tempestividade das medidas. Não adianta elas cumprirem apenas a tabela em termos de formalismo, se perdem a oportunidade da ação de defesa que efetivamente estamos pretendendo introduzir no Brasil.

Agradecendo mais uma vez à Secretária Lytha Spíndola, passo a palavra ao Dr. Armando de Melo Meziat Neto, Diretor do Departamento de Defesa Comercial - DECOM, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. ARMANDO DE MELO MEZIAT NETO - Muito bom-dia a todos.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convencionou-se chamar de defesa comercial o conjunto de três acordos da organização Mundial do Comércio, que tratam do *antidumping*, do combate ao subsídio e da salvaguarda.

Vamos definir o que é cada um desses três itens, para depois explicar como funciona o processo no Brasil e já sanar algumas dúvidas que porventura sejam em relação ao tempo e à forma de proceder à defesa comercial.

O *dumping* não tem nada a ver com preço do produto brasileiro no mercado interno. Existe *dumping* quando o preço de exportação de um produto é inferior ao seu preço de venda no mercado interno do país exportador. Se uma empresa dos Estados Unidos vende para o Brasil uma mercadoria por setenta e vende o mesmo produto no mercado interno americano por cem, ela está praticando um *dumping* de trinta no Brasil. O direito *antidumping*, que também se chama sobretaxa *antidumping*, tem o único objetivo de neutralizar os efeitos danosos dessa prática à indústria nacional. Então, se o direito *antidumping* for aplicado no exemplo citado, ele será de trinta, com o objetivo de, somado ao custo da importação, elevar de setenta para cem o preço da mercadoria e neutralizar o dano que estaria sendo causado à indústria brasileira.

O subsídio, que, da mesma forma que o *dumping*, é considerado uma prática desleal, existe quando o governo do país exportador concede uma contribuição financeira que resulte em benefício ao produtor/exportador, favorecendo o aumento de suas exportações. Em função desse benefício, o exportador passa a vender para o Brasil por um preço artificialmente baixo. Da mesma forma que o direito *antidumping*, o direito compensatório tem o único objetivo de neutralizar os efeitos danosos do subsídio à indústria nacional. Então, quando se fala em direito *antidumping* ou em direito compensatório, não se está falando em protecionismo, mas em legítima defesa contra uma prática desleal de comércio. O único objetivo é equalizar os preços de importação com os preços do mercado internacional, para impedir que esse preço mais baixo cause prejuízo à produção ou à indústria nacional.

Num processo de defesa comercial, como vamos ver adiante, não basta provar a existência do *dumping* ou do subsídio, é preciso provar também que essas atividades causam dano à produção brasileira. Na determinação de dano, são avaliados os indicadores relativos a importações e à indústria doméstica. Com relação às importações, o que se procura é ver em que medida esse volume de importações com *dumping* significa preços inferiores àqueles das importações sem *dumping*. E com relação à indústria doméstica, o que se tem de verificar é se há uma evolução negativa, uma deterioração dos indicadores econômicos da indústria. Todas estas questões são avaliadas durante a investigação: vendas de participação do consumo aparente, produção e estoque, investimentos, capacidade produtiva e grau de ocupação, emprego e salários, produtividade, preços domésticos, margem de subcotação, balanço patrimonial e demonstrativo de resultado.

Para concluir que existe dano à indústria brasileira, não há a necessidade de que todos esses indicadores estejam apontando para o vermelho. Há necessidade, sim, de que haja evolução consistente de alguns que demonstre que a indústria está realmente sendo afetada negativamente. Por exemplo, em uma análise de determinado setor industrial, verificamos que houve queda de preços no mercado interno brasileiro, ou seja, o produto importado está entrando com um preço artificialmente baixo e por causa disso o preço de venda do produto brasileiro cai substancialmente no período. Esse é um elemento que praticamente define a existência de dano, porque se alguém vende por um preço mais baixo, possivelmente vai vender mais, não vai ter de demitir ninguém, não vai reduzir sua produção. Mas se o preço cai, reduzindo sua margem de lucro ou a transformando em prejuízo, fica evidente que o dano existe.

(Apresentação de transparência.)

O terceiro ponto importante em uma investigação na defesa comercial é a causalidade. Para isso, verifica-se que medidas de importação, objeto de *dumping* ou subsídios explicam o dano à indústria doméstica, levando-se em consideração outros fatores. Quer dizer, se existirem outras razões que justifiquem aquele prejuízo que a indústria está sofrendo, não posso imputar esse dano às importações. Um caso clássico que aconteceu conosco foi um processo de subsídio de algodão nos Estados Unidos, em que verificamos que existia a exportação de algodão subsidiado para o Brasil. Verificamos que houve quebra de safra, mas não havia relação causal, porque a quebra da safra brasileira de algodão tinha ocorrido antes de a importação ter acontecido. Na realidade, essa importação ocorreu para sanar um buraco que ficou na oferta devido à quebra da safra. Nesse caso, houve falta de relação causal.

Além do *dumping* e dos subsídios das investigações *antidumping*, anti- subsídios, que são investigações contra práticas desleais de comércio, existe também um acordo de salvaguardas que dá condições ao país importador delimitar temporariamente as importações de um produto, por meio da elevação da alíquota do imposto de importação ou do estabelecimento de quotas.

O acordo de salvaguardas existe para garantir a permanência da abertura comercial implementada em países como o Brasil. Ou seja, existem situações em que a abertura permite que determinados setores não estejam preparados para competir com o produto importado. Nessa situação, poderiam quebrar. Nessas circunstâncias, existe a possibilidade de aplicar a medida de salvaguarda, que não tem nada a ver com uma prática desleal. É uma medida temporária de proteção para dar tempo para que a indústria brasileira ou a indústria afetada se reestruture competitivamente e possa concorrer em igualdade de condições com os produtos importados.

Resumindo, os objetivos da defesa comercial serão aplicados quando uma investigação comprovar que houve dano à indústria doméstica do produto similar ou importado causado pelo *dumping*, ou que houve dano à indústria doméstica do produto similar ou importado causado pelo subsídio, ou que houve prejuízo grave à indústria doméstica do produto similar ou diretamente concorrente causado por um surto de importações e aplica-se uma salvaguarda.

O Departamento de Defesa Comercial foi criado em 1995 com o objetivo de operar a defesa comercial no Brasil. Ele trabalha com duas vertentes. A primeira, é a defesa da indústria brasileira contra práticas desleais de comércio e surto de importação. É a autoridade que conduz as investigações no Brasil. A segunda, é o apoio ao exportador brasileiro submetido a investigações contra práticas desleais de comércio no exterior. Ele orienta e participa das investigações abertas por terceiros países.

Darei uma justificativa sobre o tempo necessário para se tocar um processo de defesa comercial. A investigação é um processo administrativo, tem características jurídicas, porque está baseado em regras internacionais do conhecimento de todos e é formal. Só vale o que está escrito. Todos os dados têm de ser apresentados por escrito. É um processo transparente, porque os dados ficam à disposição de todas as partes. É democrático, porque é garantido a todos o direito de defesa, e essa investigação busca a comprovação da existência de *dumping*, de subsídios de dano em relação causal, ou de prejuízo grave decorrente do surto de importação, quando se aplica a salvaguarda.

As principais etapas de uma investigação são as seguintes: primeira- mente, uma petição tem de ser habilitada, depois tem de se fazer a abertura da investigação em que serão avaliados os indícios de *dumping*, de dano e de relação causal para que possa ser feita a investigação. Vai haver a notificação e a remessa de questionário a todas as partes que participam do processo. Faz-se a verificação *in loco*, quando é necessário, para aferir e garantir que os dados contidos no processo são verdadeiros. Pode ser feita a determinação preliminar e a aplicação de um direito provisório, com três meses de investigação, com o objetivo de proteger o setor desde o início da investigação. As informações complementares podem e devem ser trazidas ao processo sempre que necessário. Antes de se definir a posição final, há uma audiência com a participação de todas as partes e, finalmente, caso se conclua que existe o *dumping*, o dano e a relação causal, aplicar-se um direito definitivo.

Para encerrar essa questão, citarei algumas informações estatísticas. Até hoje, no Brasil, foram feitas 166 investigações de *dumping*, subsídios de salvaguarda com um total de aplicação de 87 medidas. Fica claro que, em 52% de tudo que se fez, desde 1988 até hoje, foi aplicado um direito, contra 42% em que não foi aplicado o direito. Na época do Decom, foram recebidas 118 petições e encerradas 109 investigações, com um índice de sucesso para a indústria brasileira de 60% na aplicação e 75% na abertura.

A segunda vertente de atuação é o apoio ao exportador. No Brasil, fala-se muito no aumento da exportação. O apoio ao exportador busca garantir o que já temos. Tendo em vista que somos autoridade investigadora no Brasil, conhecemos profundamente a legislação internacional. Então, podemos saber se alguém 110 mundo está cerceando a exportação brasileira indevidamente. Para isso, participamos de todas as reuniões na Organização Mundial de Comércio, de forma a termos o completo conhecimento das regras. Fazemos o acompanhamento permanente da legislação internacional. Orientamos o exportador brasileiro no sentido de que ele saiba o que é e se está cometendo o *dumping*.

Toda vez que um país abre uma investigação contra a exportação brasileira, ele comunica ao Governo brasileiro. Então, tomaDOS conhecimento de todos os casos, analisamos o mérito dos procedimentos adotados por esses países, de acordo com as regras da própria OMC. Se verificarmos que existe alguma coisa que está fora dos conformes, orientamos na elaboração das respostas e fazemos as verificações *in loco*. Na realidade, toda vez que vem alguma missão estrangeira faz~ alguma verificação na empresa brasileira no Brasil, o Decom está presente para ajudar. Na hora de se fazer uma defesa, uma argumentação para tentar derrubar a argumentação das autoridades estrangeiras, o Decom também participa.

Se o Brasil chegar à conclusão de que deve recorrer à OMC, também participam~, ajudando na elaboração do posicionamento do Governo brasileiro, em trabalho conjunto com o Ministério das Relações Exteriores.

No momento, existe 41 medidas em vigor contra as exportações brasileiras, *antidumping*, 14 investigações em curso e nove de subsídios, totalizando 164.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubem Medina) - Agradeço ao Dr. Armando a participação.

Passo a palavra ao Dr. Cláudio Monteiro Considera, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

O SR. CLAUDIO MONTEIRO CONSIDERA - Em primeiro lugar, agradeço à Comissão de Economia, Indústria e Comércio a oportunidade de poder discutir com Vossas Excelências os problemas relativos à defesa da concorrência e à defesa comercial.

Cumprimento os Deputados Marcos Cintra, Rubem Medina e os demais Parlamentares, além dos meus companheiros de Governo presentes a esta reunião.

Peço licença à Mesa para usar um pouco mais de tempo, em virtude de não ter assessores para fazer uma exposição partida. Vou falar de alguns assuntos gerais e da própria análise *antidumping* feita pela Secretaria.

Registro a presença do Secretário-Adjunto para a área de Defesa da Concorrência, Dr. Paulo Guilherme Corrêa, da Coordenadoria-Geral para a área de Produtos Industriais, Dra. Cristiane Schmidt, e do Coordenador-Geral da área de Produtos Agrícolas, Dr. Eduardo Leão, responsáveis pelos trabalhos associados à defesa comercial e da concorrência.

Como disse o Dr. Giannetti, no início desta reunião, com a liberdade de mercado e a abertura das importações, o Brasil tornou-se uma economia competitiva ao mercado exterior, não apenas no seu esforço de exportação, mas também para com eventuais importações.

As importações passam, então, a compor o importante papel de contestar a produção brasileira, na medida em que ela pode, por razões de poder de mercado, vir a representar dano ao consumidor.

Então, no âmbito do Ministério da Fazenda, a análise está associada, por um lado, à questão comercial, por outro, à questão da defesa do consumidor, como mais tarde vamos comentar.

A questão da concorrência e a quando da liberdade comercial estão associadas ao fim do controle de preços no Brasil e ao fim de toda uma série de barreiras e tarifas excessivas que tínhamos e que protegiam, de alguma maneira a indústria nacional. A indústria e a economia nacionais, de forma geral, se viram desafiadas em termos de produtividade e de capacidade de competir em relação ao resto do mundo e reagiram, aumentando a produtividade ao longo de dez anos, desde que iniciamos essa nova prática no País.

Hoje em dia não temos mais controle de preços no Brasil. O que vale agora é a defesa da concorrência. Os poucos preços que permanecem controlados deverão deixar de sê-lo ao final deste ano. O Ministério liberou recentemente vários preços, de forma que o que vale hoje, em termos de economia nacional, é a defesa da concorrência, capaz de garantir preços baixos ao consumidor.

Como ocorre processo de decisão? Já foi apresentado pelo Dr. do Departamento de Defesa Comercial como isso ocorre. No Ministério da Fazenda, no que se refere à questão da defesa da concorrência, essa é uma atribuição da Secretaria de Acompanhamento Econômico. No que se refere à defesa comercial, é uma atribuição da Secretaria de Assuntos Internacionais.

No Ministério da Fazenda há um grupo misto que trabalha com essas questões e que analisa as informações sobre as decisões tomadas ou discussões feitas com antecedência pelo Comitê de Comércio Exterior e, posteriormente, pelos Ministros na Camex.

Para fazer esse trabalho, raramente dispomos de um mês. O trabalho é feito no Departamento de Defesa Comercial e nos é enviado quando está praticamente terminada a análise. Participamos desse processo de análise final, a fim de dar condições ao Ministério da Fazenda de tomar as decisões no âmbito da Camex. Portanto, raramente temos um mês, ao final do processo, para fazer essa análise, como tem sido hábito de trabalho entre nós, o que é razoável, tendo em vista também o fato de que o Decom já fez ampla coleta de informações que são, em grande parte, o maior subsídio para análise que fazemos.

Por outro lado, a Secretaria de Acompanhamento Econômico órgão responsável pela defesa da concorrência tem atuado junto com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, órgão responsável pela defesa da concorrência nesse Ministério, e junto com o Cadê, nos organismos internacionais visando ao estabelecimento de leis de defesa da concorrência e leis de defesa comercial compatíveis. Portanto, no âmbito da OCDE temos apresentado trabalho; no âmbito da OMC, Mercosul e nas discussões da Alca temos ajudado à delegação brasileira. Fazemos, então, esse trabalho de auxílio às representações brasileiras nos diversos organismos internacionais.

Explico agora como fazemos a análise de *dumping* no âmbito do Ministério da Fazenda e da Secretaria, chamando a atenção de Vossas Excelências para o que falarei, que é fruto de mo trabalho documentado, o qual passei às mãos do Deputado Rubem Medina a fim de que seja reproduzido e entregue aos Srs. Deputados. Trata-se de um documento da Secretaria, disponível na Internet. Os que aqui desejarem obtê-lo podem encontrá-lo na página da SEAE.

Atuação da SEAE: forma: suporte técnico, juntamente com a Secretaria de Assuntos Internacionais, para que o Ministro da Fazenda possa realizar as deliberações na CAMEX, no tocante às medidas *antidumping*.

A prática de *dumping* é prejudicial à sociedade brasileira se houver dano à indústria doméstica e se este estiver associado a mo comportamento predatório por parte das empresas que exportam para o Brasil.

A análise desse impacto do bem-estar do produtor é semelhante à análise que o Departamento de Defesa Comercial faz no que concerne ao mérito, ma... não no que concerne à forma. Agregamos alguns elementos necessários para, inclusive, procedermos à análise posterior que vai estar associada ao nexo causal, à existência efetiva de danos à indústria brasileira. Por outro lado, também fazemos uma análise do impacto no bem-estar do consumidor, que inclui conselhos de defesa da concorrência, os quais não são contemplados no parecer do Departamento de Defesa Comercial, o que não é, na verdade, a sua atribuição.

Qual é a metodologia que seguimos para fazer essa análise? A metodologia que seguimos para fazer essa análise parte do princípio de que o Departamento de Defesa Comercial já verificou a existência de *dumping*. Desse modo, o parecer da Secretaria vai estar estruturado em cinco partes, a saber: o dano, a respeito da qual nos baseamos fortemente na análise do Decom; a defesa da concorrência; o nexo causal entre o dano e a efetiva prática predatória por parte da empresa concorrente; os cálculos para a definição das margens acrescidas sobre o produto importado da empresa que está sendo acusada de dano; e a recomendação que o Ministro estará seguindo, ou discutindo no âmbito da Camex, quando da reunião de decisão que se dá entre Ministros.

Este diagrama, portanto, esclarece como são feitos os procedimentos. Fazemos uma análise econômica do dano: se não há dano, não se aplica qual- quer medida; se há dano, passamos a analisar a questão da concorrência e verificamos se há preço predatório ou não. Se não há preço predatório, não se aplica a medida; se há preço predatório, passamos à análise seguinte para ver se há nexo causal. Se não há nexo causal, não se aplica a medida; se há nexo causal, aplicamos a medida.

Passemos então a examinar cada um desses aspectos.

No que diz respeito ao dano, procuramos encontrar, por meio do estudo das diversas variáveis levantadas pelo Decom, o possível dano que a prática de *dumping* possa ter provocado à indústria doméstica. Subdividimos a análise em dois itens: analisamos a indústria doméstica e as indústrias que exportam para o País, ou seja, analisamos a indústria no âmbito do País em que ela está localizada. Caso fique demonstrado que não houve início de dano, o parecer vai acabar neste tópico. Caso haja indício de dano, prosseguimos com a análise.

A análise da indústria doméstica tem também cinco pontos a serem analisados. A oferta: os custos das empresas, como se estrutura a oferta dentro do País, se parte é doméstica, se parte é importada, enfim, como se estrutura a oferta no Brasil. A demanda: se o consumidor consome mais produtos importados ou domésticos. Fazemos então essa análise, cruzando as informações da oferta e da demanda. Depois, avaliamos o lucro das empresas domésticas.

Há nesse ponto uma discussão sobre o que incluir como custo doméstico, na medida em que podem atribuir, por exemplo, as despesas financeiras das empresas domésticas às despesas operacionais, o que seria discutível, pois as despesas financeiras estão associadas a riscos que as empresas domésticas correram e não a variáveis de custos efetivos.

Fazemos então uma análise econômico-financeira da indústria doméstica.

No caso dos países investigados, analisamos o cruzamento entre o que é ofertado pelo país investigado dentro do País e o que é demandado pela economia doméstica em relação ao país investigado. Analisamos o faturamento da empresa investigada e comparamos o preço FOB do país exportador com os preços do mercado internacional para ter idéia se o preço praticado pela empresa está de acordo com o mercado internacional. Muitas vezes é difícil obter informações a respeito dos custos da empresa produtora que nos permitam dizer que ela está praticando no Brasil preços inferiores aos seus custos de produção.

O ponto seguinte da avaliação é, comprovado o dano à indústria doméstica, saber se o *dumping* praticado pela empresa acusada foi do tipo predatório, isto é, há que analisar se a empresa teve a intenção de quebrar a indústria doméstica hoje para ficar só no mercado amanhã, podendo elevar o preço o suficiente para que o valor presente dos lucros econômicos futuros seja positivo.

O comportamento predatório pode ocorrer quando as seguintes condições são observadas: a empresa denunciada possui elevada participação no mercado, o que significa que há pouca rivalidade nesse modo, não havendo empresa capaz de contestá-la no mercado doméstico; há poucos produtos substitutos, e o consumidor brasileiro não pode livrar-se da situação e não pode, portanto, consumir outros tipos de produtos; as condições de entrada de outras empresas são difíceis e, aí, analisamos vários itens de entrada, como necessidade de investimento, questões associadas à economia de escala, enfim, uma série de elementos referentes à análise comum de barreiras à entrada.

Assim sendo, este tópico vai estar subdividido em seis itens: a definição do mercado do produto, o que já foi feito pelo Decom; o percentual dos ofertantes no mercado brasileiro, também já definido pelo ~m; e as análises seguintes associadas à rivalidade, aos produtos substitutos, à possibilidade de entrada e ao valor do preço predatório.

Se há indício de não haver preço predatório, paramos a análise nesse ponto. Se houver indício, continuamos a análise, passando à questão da rivalidade.

A análise da rivalidade vai levar em consideração se os consumidores podem desviar sua demanda para os concorrentes que produzem o mesmo produto ou serviço em questão; se essas empresas podem aumentar, suficientemente, as quantidades produzidas num prazo de tempo razoável para atender à demanda extra, ou seja, se as empresas rivais podem efetivamente aumentar a quantidade ofertada.

É um mercado que tende a ser concorrencial, portanto, há fraco indício de que esteja havendo preço predatório. Além disso, se houver sobretaxa nesses casos, isso pouco vai afetar o consumidor brasileiro, pois este poderá desviar sua demanda para outros produtos ou mesmo para outros produtores. Portanto, a aplicação de sobretaxa, nesse caso, não terá qualquer efeito sobre o consumidor.

Se houver muitos produtos substitutos ao produto em questão ou poucos com alto grau de substitutibilidade, isto é, se houver alta substitutibilidade cruzada, vai haver fraco indício de que esteja havendo preço predatório. Também nesse caso, a sobretaxa pouco afetará o consumidor brasileiro.

Ainda sobre as condições de entrada, quanto mais elevadas forem as barreiras à entrada em um mercado, maior será o tempo para a empresa entrante se instalar e começar a ter lucro. Logo, quanto menos forem as barreiras, mais provável será a oportunidade de empresas entrarem nesse dito mercado e ameaçarem a produção das empresas rivais. Nesse caso, haverá fraco indício de que esteja havendo preço predatório. Além disso, se houver sobre- taxa, isso pouco vai afetar o consumidor brasileiro.

Sobre as condições de entrada, algumas barreiras que identificamos são: o investimento necessário para dar início ao negócio; a existência de barreiras legais ou regulatórias; a existência de economia de escala ou de escopo, isto é, o negócio pode ser lucrativo, mas para isso é preciso quantidades elevadas ou a produção de mais de dois produtos; o grau de integração da cadeia produtiva; a existência de fidelidade dos consumidores às marcas estabelecidas, no caso de havendo produtos diferenciados. Se essa fidelidade for importante à marca, a entrada fica mais difícil.

As condições de entrada estarão associadas aos itens seguintes: boa condição de entrada, quando a entrada de outra empresa é provável e é suficiente; provável quando fácil e viável; fácil, quando rápida e lucrativa; rápida, quando inferior a dois anos; lucrativa, se o lucro for maior do que zero; viável, se houver possibilidade de venda e se for maior do que a eficiência média de venda.

É suficiente? A entrada é suficiente para que a estratégia de preço predatório não seja rentável a longo prazo (isto é, que esta não seja racional)?

Preço predatório: estando presentes as condições favoráveis para que o *dumping* predatório seja uma estratégia lucrativa para as empresas exportadoras, o próximo passo é saber se a empresa acusada está praticando de fato o preço predatório, ou seja, preço abaixo do custo com o intuito de eliminar os rivais.

É importante analisar as condições anteriores, porque existe simetria de informação com relação ao custo das empresas exportadoras.

A próxima etapa é a análise do nexo causal. Caso existam variáveis suficientes, conforme o item 1, que demonstrem que houve dano à indústria doméstica, a análise do nexo causal é feita relacionando o preço predatório ao dano discutido. A casualidade pode não ocorrer. Nesse caso, o parecer é finalizado neste item.

Se comprovado o nexo causal entre o dano e o preço predatório, a imposição do direito *antidumping* sobre as exportações da empresa acusada é consistente. A magnitude desse direito é o objeto de estudo do próximo item.

Qual será a taxa para o *antidumping* salientada pelo Dr. Armando?

Os cálculos: o direito *antidumping* é a taxa imposta às importações realizadas a preço de *dumping*, com o objetivo de neutralizar os efeitos danosos à indústria nacional. A magnitude dessa taxa depende da comparação entre as margens de *dumping* e de subcotação.

Se a margem de dano for inferior à margem de subcotação, por lei, usa-se a margem de dano. Se ela for maior que a margem de subcotação, pode-se optar por uma delas. Geralmente, a margem de dano é maior que a margem de subcotação. Nesse caso, o Decom aplica uma medida intermediária, chamada de margem de subcotação associada ao preço de importação e ao preço interno.

Com base na análise dos itens anteriores, passamos à recomendação da Secretaria. A SEAE recomenda a aplicação do direito antidumping sobre os produtos das empresas que são objeto de investigação de *dumping*, se houver nexo causal entre dano e o preço predatório.

Então, a análise da Secretaria de Acompanhamento Econômico estará associada à defesa do consumidor, à defesa do elo final, e não apenas à defesa do produtor, já que não podemos permitir que a aplicação da medida *antidumping* tome o produtor doméstico totalmente monopolista na produção daquele produto na economia nacional, podendo elevar seus preços até à margem de *antidumping* aplicada sobre as importações.

Geralmente, o que ocorre é que a empresa doméstica solicita medidas *antidumping* contra várias empresas no mundo. Com essa análise pode-se chegar à conclusão de que devemos aplicar medidas *antidumping* sobre uma empresa, de determinado país, à medida que trazer problemas para a empresa doméstica. A nossa análise sempre considera esse elemento: a proteção do consumidor.

Muito obrigado. (palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço ao Sr. Secretário Cláudio Considera a análise detalhada e completa.

Passo a palavra ao Secretário de Direito Econômico, Dr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro.

O SR. PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO - Agradeço ao Deputado Marcos Cintra, na pessoa de quem cumprimento os integrantes da Mesa e os Srs. Parlamentares.

É com imensa satisfação que participamos desta reunião para tentarmos refletir sobre um tema cujo intrincamento e cujas relações recíprocas muitas vezes levam a posições dispares, até mesmo do ponto de vista de políticas de Governo, mas que, no entanto, parecem encontrar um elemento de interseção no interesse público, evidentemente traduzido em medidas concretas.

Tentarei situar um pouco a contribuição da Secretaria, ousando falar sobre tema que não é exatamente a especialidade do órgão, o *antidumping*. Há necessidade de que o tema seja tratado, de modo a estabelecer melhor a relação com a política da concorrência, que à Secretaria, no âmbito do Ministério da Justiça, cabe empreenda: junto ao Cade.

Não desconhecemos que o fenômeno da globalização, por assim dizer, vem retirando o conceito tradicional do Direito: a soberania dos países. A globalização, assim entendida apenas para efeito de debate, como a intensificação do fluxo comercial entre os países, leva necessariamente à revisão de conceitos jurídicos tradicionais, e, portanto, à quebra dos mecanismos tradicionais de relacionamento entre os países.

Tentarei explicar, com dados concretos, o que é o aumento do fluxo comercial global do Brasil comparado com alguns países.

(Apresentação de transparência)

Como Vossas Excelências podem ver neste primeiro gráfico, o somatório do valor das exportações brasileiras com o valor das importações ponderada pela renda nacional, pelo Produto Interno Bruto, mostra que o Brasil tem estado em uma média de 16% a 18% de ponderação, digamos assim, do fluxo comercial na riqueza gerada no País.

Se compararmos este segundo gráfico com o da Coreia, por exemplo, veremos que nesse país a ponderação desse fluxo comercial chega a 77%. Se compararmos com o México, veremos que esse país tem uma ponderação, um fluxo comercial da ordem de 600/0.

O fato é que o País não tem uma tradição de relação comercial intensa no mercado externo. E essa tradição pode ser explicada por vários argumentos culturais, econômicos, talvez até mesmo pelo viés continental. Costumo dizer que um País tão grande, com mercado tão grande, tem o viés de olhar para o próprio umbigo e achar que a geração de empregos é algo que pode ser feita de maneira autóctone, desprezando a relação comercial internacional. Esse problema precisa ser superado.

Permito-me ainda comparar a Argentina, nosso parceiro do Mercosul, que tem quase 200/0 dessa ponderação, superando, portanto, o Brasil na sua relação internacional.

O outro quadro é um gráfico comparado de todos os países. Podemos dizer que, embora o fluxo comercial brasileiro tenha aumentado consideravelmente desde a abertura, ainda é baixo em relação a países como a Coreia, o México e até mesmo a Argentina. Ora, o aumento do fluxo comercial e de informações trazido pela globalização evidentemente aumenta o risco das práticas anticompetitivas no mercado global. Recentemente, os Estados Unidos detectaram um cartel, o cartel das vitaminas, e aplicaram sobre ele uma multa de 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Esse cartel tem atuação no Brasil e está sendo investigado pela Secretaria de Direito Econômico, juntamente com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda.

Para Vossas Excelências, terem idéia, no caso do cartel das vitaminas, eles fatiaram o planeta em quatro e, a partir de um acordo em tomo de volume, preço, etc., impuseram os preços, retirando o bem-estar dos consumidores.

A liberalização dos mercados e a remoção de obstáculos regulatórios eleva a competição e, por mais paradoxal que possa parecer, indiretamente os benefícios da colusão. Ou seja, na medida em que os mercados estão suficientemente abertos e que há de remoção dos obstáculos de regulação, haverá maior possibilidade de atuação de cartéis internacionais dentro de um país como o Brasil.

Com a globalização, as ações de cartéis, fusões e aquisições de empresas em outros países também produzem efeitos internos no Brasil.

Quero partir desse fenômeno da globalização e a sua inserção no contexto brasileiro para tratar de um problema sobre o qual pouco valem as ideologias, as reflexões, digamos assim, axiológicas, e muito vale a constatação de que estão em jogo os empregos, o bem-estar do consumidor brasileiro, a um só tempo.

A OCDE estima que a operação dos cartéis internacionais tenha provocado uma elevação de 100/0 nos preços e uma redução de 20% nas quantidades ofertadas. Em alguns casos, dentro da própria União Européia, a elevação dos preços atingiu até 50%, com claros prejuízos aos consumidores.

De modo que poderia, nesse primeiro capítulo, dizer que há necessidade premente de um aparato institucional independente, bem aparelhado, capacitado a lidar com as questões que a nova ordem econômica impõe. O Brasil não pode mais ter uma ação automatizada no que diz respeito ao seu relacionamento internacional, mas há necessidade de uma ação integrada entre todas as esferas de Governo.

Passando para o tema da defesa da concorrência, tentarei, de maneira muito singela, dizer que por política da concorrência estou conceituando, em um sentido muito amplo, todas as ações que encorajam a concorrência nos mercados, desde a legislação que trata das ações anticompetitivas até aquela ampla gama de ações elencadas na Lei nº 8.884, uma lei brasileira moderna, talvez uma das mais modernas do mundo, que vem sendo aplicada no Brasil.

O Brasil convive nos anos 80 e 90, de um lado, com essa intensificação do fenômeno da globalização; de outro, com uma economia fechada nos anos 80, que começa a se abrir e de repente se abre fortemente nos anos 90, promove talvez a maior desregulação de que se tem conhecimento no mundo, com um processo de privatização gigantesco e, evidentemente, sem nenhum interesse de trocar um monopólio estatal por um monopólio privado. Portanto, precisa de um aparelho antitruste suficientemente capaz - em toda a ampla dimensão que essa palavra possa ter, com recursos humanos e materiais -, que

possa disciplinar a sua economia de modo a que não tenhamos aqui a máfia russa, por exemplo.

A ação em defesa da concorrência tem um objetivo específico. Nesse gráfico, apresento a ação da Secretaria: de um lado, a defesa da concorrência e, de outro lado, o que chamamos a advocacia da concorrência, com o papel de promover a concorrência em todas as instâncias de Governo.

A idéia da promoção da concorrência tem um objetivo muito simples: a eficiência econômica. Estou falando de preços mais baixos, de um maior leque de escolha aos consumidores, de melhor qualidade, de maior produtividade da economia. Portanto, estou falando em duas vertentes: de um lado, a superação da ineficiência que a ação monopolista eventualmente possa gerar; de outro, a disciplina jurídica do poder de mercado, de modo a que essa ação do monopólio não venha impor sobre a sociedade o peso morto da condição de ser *price-maker*, de ser aquele que fixa o preço, e não ser o *price-taker*, que toma o preço no mercado.

Existem dezenas de mecanismos de defesa comercial- e os meus ilustres colegas de Mesa os compreendem melhor do que eu -, desde tarifas compensatórias, passando pelas medidas antidumping. O fato é que a história da relação comercial entre os países é um pouco a história da defesa desses interesses comerciais. Os Estados Unidos e o Canadá, onde se origina a ação antidumping, têm-se notabilizado por uma agressividade muito grande, incentivando as suas indústrias exportadoras e dificultando o ingresso de produtos no seu mercado interno.

Gostaria de apresentar a Vossas Excelências alguns gráficos, obtidos a partir das reuniões da Alca, que mostram as medidas *antidumping* no hemisfério ocidental, assim entendido o âmbito da Alca.

O primeiro gráfico, com dados da Alca, mostra o destino das ações *antidumping* brasileiras: 1 % tem sido dirigido contra a Argentina; 1 %, contra o Canadá; 2%, contra o Chile; 2%, contra o México; 1 ~/o, contra os Estados Unidos; e 73%, contra o resto do mundo.

Se compararmos esse quadro com o seguinte - A Origem das Medidas *antidumping* contra o Brasil -, veremos que a Argentina, nosso parceiro do Mercosul, tem 2~o das suas ações *antidumping* dirigidas contra o Brasil; contra o resto do mundo, 25%; contra os Estados Unidos, 18%; contra o México, 17%; contra o Chile, 2%.

Outro gráfico que também me parece importante apresentar a Vossas Excelências é o que diz respeito ao cenário internacional dos países alvo das medidas *antidumping*. Entre 1987 e 1997, essas medidas atingiram o Brasil em tomo de 5%, portanto um dos países bastante atingidos por medidas *antidumping*; os Estados Unidos, 9%; o Canadá, 2%; o México, 2%; e a Argentina, 1 %.

A origem das medidas *antidumping* no mundo tem sido: Brasil, 4%; Argentina, 6%; México, 9%; Estados Unidos, que empregam fortemente esse mecanismo, 18%.

Mais adiante veremos um quadro da União Européia, mostrando que ela tem-se valido fortemente desse instrumento, a ponto de poder dizer a Vossas Excelências, sem medo de estar sendo exagerado, que o uso do *antidumping* pela União Européia tem sido tão rigoroso quanto a proteção agrícola de subsídios que ela tem empreendido em favor dos seus produtores domésticos.

A distribuição setorial das medidas *antidumping* que afetaram o Brasil, ainda por dados da Alca: siderurgia, 37%; têxteis, 3%; papel e celulose, 7%; plásticos, 10%. Os senhores podem ver que, basicamente, os químicos e a indústria siderúrgica, além dos materiais e equipamentos elétricos, são setores mais afetados.

Qual tem sido a distribuição-setorial das medidas *antidumping* brasileiras? O Brasil tem aplicado 25% de antidumping na siderurgia, 16% nos plásticos e 7% nos têxteis, de certa maneira, reproduzindo a guerra comercial que assim tem se estabelecido.

Diria, portanto, entre os argumentos favoráveis à aplicação de políticas *antidumping*, que o antidumping pode ser o único instrumento de política para combater o comércio desleal, principalmente quando há muita assimetria entre os países e as empresas. Tanto o *antidumping* como as compensatórias podem ser utilizados para proteger empresas domésticas de uma competição baseada em vantagens criadas artificialmente, principalmente por meio de políticas industriais.

No entanto, contrariamente a esses argumentos, diria que o *dumping* não-monopolizante aumenta o bem-estar no país importador se, e somente se, os benefícios aos consumidores superarem as perdas impostas aos produtores domésticos.

Esse é um estudo muito técnico - que penso que o País deve empreender, e a SEAE vem empreendendo - e importante para que não se crie um mercado cativo, como foi, por exemplo, o mercado de informática e que durante tanto tempo criou tantos problemas à alavancagem industrial brasileira.

Refinamentos na política *antidumping* também não são suficientes para evitar que as medidas se tomem apenas um mecanismo de proteção de indústrias ineficientes. Esse é um risco que precisa ser naturalmente ponderado.

A relação *antidumping* e defesa da concorrência passa por algumas vertentes. A implementação de políticas de defesa da concorrência efetiva e agências de defesa econômica independentes e com credibilidade seriam capazes de evitar que práticas comerciais anticompetitivas prosperem, inclusive internacionalmente.

Políticas antitruste lidam com questões de poder de mercado e procuram evitar a formação de monopólios e cartéis, cujos prejuízos ao mercado são fartamente demonstrados pela teoria econômica.

O *antidumping* é um instrumento contingencial de proteção às indústrias e sua constituição suporta seu uso para proteger empresas ineficientes em seus mercados.

Na maioria dos casos, o *antidumping* não trata de comportamentos predatórios ou de outras práticas anticompetitivas, que seriam analisadas caso fossem praticadas por empresas domésticas.

Penso, todavia, que não temos o direito de ser ingênuos. Não há dúvida de que a generalização das regras da concorrência no mundo inteiro, ou a substituição dos mecanismos *antidumping* ou das salvaguardas pela generalização das regras da concorrência, tem sido alvo da preocupação da OMC. Ainda que presente no fenômeno da globalização, parece algo longínquo. E ninguém tem o direito de supor que os países não defendam os seus empregos, suas indústrias. Dados estatísticos demonstram que essa tem sido uma prática comum.

Vamos falar, sim, em generalização das regras da concorrência, com transparência, como um mecanismo de relacionamento entre os países - até porque o Brasil tem uma lei muito moderna nesse aspecto -, desde que falemos também em acesso a mercados. Com subsídios agrícolas de mais de 50 bilhões de dólares que a União Européia pratica, com o uso reiterado do anti-dumping pelos Estados Unidos, é muito difícil o País abrir seu mercado sem discutir isso da melhor maneira possível.

A expressão talvez mais concreta disso é de que os acordos regionais que aboliram integralmente as medidas antidumping restringem-se à União Européia e a um acordo entre o Canadá e o Chile, que fizeram um acordo nesse sentido.

Não sei se Vossas Excelências já tem o gráfico do uso pela União Européia das medidas *antidumping*.

Quanto às ações *antidumping* originadas na Comunidade Européia, vejam que, contra o resto do mundo, o índice é de 68%. Foram responsáveis, portanto, por 355 das 2.196 medidas *antidumping* utilizadas no mundo no período de 1987 a 1997. É um uso extraordinário e que, parece, deve ser objeto da preocupação das autoridades brasileiras.

Finalmente, no item 6, nas conclusões, diria que as políticas *antidumping* e medidas compensatórias correm o risco de proteger indústrias ineficientes, retardando o desenvolvimento econômico do País. Todavia, como disse há pouco, esse é um risco que deve ser ponderado pelo interesse nacional e pelo interesse de acesso a mercados. Ambos instrumentos de política de defesa comercial não lidam com práticas anticompetitivas, entre elas a formação de cartéis, que trazem perda de bem-estar aos consumidores.

Políticas de defesa econômica efetivas desincentivam práticas abusivas, inclusive internacionalmente, o que tenderia a diminuir a necessidade da aplicação de política de defesa comercial. Para que exista uma política de defesa comercial, econômica efetiva, é necessário um aparato institucional atuante.

Um país como o Brasil, que tinha, até a década de 80, uma economia fechada e hoje se abre para o mundo, para uma economia aberta, precisa lidar com essas questões de maneira bastante técnica, consistente e agressiva. O que me parece importante destacar é que não é possível fazê-lo sem uma nova agência nacional de defesa do consumidor e da concorrência, com uma estrutura mais adequada, que permita aos órgãos que hoje fazem a defesa da concorrência no País uma ação que possa, por exemplo, na relação antidumping, levar a uma consulta ao país de origem sobre o poder de mercado das empresas que estão eventualmente praticando *dumping* contra o País.

É preciso uma ação mais integrada com todos os ministérios que atuam nessa área e não pura e simplesmente a substituição do *antidumping* pela generalização das regras de concorrência, que me parece muito mais um sonho distante em um mercado onde o público e o privado na globalização perdem um pouco a distinção. A defesa do interesse privado torna-se pública, em razão dos empregos que estão sendo colocados em jogo e de uma relação assimétrica entre países desenvolvidos e países emergentes.

A Lei nº 8.884 impõe o controle de condutas, atos de concentração, com jurisdição no Brasil, mas há necessidade de uma reflexão e de uma integração maior com a área externa e com a área comercial brasileira, de modo a termos uma ação efetiva do Brasil e uma presença mais clara no contexto internacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço ao Secretário Paulo de Tarso a sua exposição.

Parabenizo todos os nossos convidados pela qualidade da exposição que fizeram. Antes de passar para os debates com os Srs. Parlamentares inscritos, gostaria apenas de reiterar algumas das preocupações que vêm sendo detectadas no âmbito desta Comissão, no que diz respeito ao tema em debate.

Ficou claro, inclusive em todas as exposições, que a legislação brasileira, no que diz respeito à política comercial externa e à defesa da concorrência, é uma das mais avançadas e modernas do mundo. A pergunta que nos assalta é: até que ponto ela efetivamente funciona? Até que ponto ela tem atendido à expectativa do empresariado, da economia e do contribuinte brasileiros, no atendimento rápido, ágil e com presteza da defesa dos seus interesses e dos interesses nacionais?

Deixo esta questão em aberto a todos os presentes: o que falta para que a legislação funcione de maneira efetiva? Gostaria, inclusive de ter uma postura muito clara de todos. Trata-se de um problema de orçamento, de estrutura operacional. Qual a estrutura específica de cada um dos departamentos? Qual o orçamento necessário? Qual a prioridade a ser dada a esse tema?

O Brasil acabou por transformar-se em um país cuja legislação é sempre a melhor, porém não funciona. Infelizmente, os obstáculos à operacionalização e à efetiva implementação das leis muitas vezes terminam por passar à população brasileira a sensação de que ou a legislação inexistente ou não há vontade política para efetivá-la.

É o que gostaria de externar, em nome dos demais membros desta Comissão.

Passo a palavra ao Deputado Rubem Medina.

O SR. DEPUTADO RUBEM MEDINA - Senhor Presidente. cumprimento Vossa Excelência pela iniciativa deste encontro.

Na verdade, agradeço a Vossa Excelência por antecipar pergunta que pretendia fazer. Brilhante Presidente que é, Vossa Excelência detectou um problema sério.

Quero também cumprimentar todos pela brilhante exposição que fizeram na Comissão.

Ao longo do tempo, temos realizado seminários e debates, buscando modificar a legislação, tirar tributações do processo produtivo. Eu mesmo sou autor de uma proposta de oito anos atrás.

O Dr. Roberto Giannetti mencionou entraves burocráticos e fiscais. Todos concordamos que existem entraves burocráticos e tributários. O que falta, na verdade? Vontade política esta Casa tem para modificar a legislação, a fim de melhorar as exportações brasileiras, fundamentais para o País. O Executivo não se entende nessa matéria?

Vossa Senhoria apresentou alguns através tributários e fiscais às exportações. Isso vem sendo dito ao longo do tempo, dada a importância. Todos tentado sugerir caminhos alternativos, não só esta Casa mas o próprio Executivo. Contudo, nunca se chega a entendimento algum. Há que se expor a questão objetivamente. Se existem entraves dentro do próprio Executivo, quem os cria e por quê? Evidentemente, trata-se de falta de visão política e econômica em termos macro. Temos de tentar resolver o problema, objetivamente, senão, vamos repetir esses questionamentos tantas vezes quantas estivermos reuni- dos para discutir a matéria.

De resto, foi brilhante. Evoluímos muito em cada segmento, de alguns anos para cá. Isso é formidável; é positivo, mas o importante é sermos objetivos quanto à solução do problema: "Os entraves são esses. Como vamos re- solvê-los objetivamente? Como modificar a legislação tributária? Como não sobrecarregar a folha de pagamentos, como ocorre hoje?"

No Brasil, a carga tributária sobre a folha de pagamentos é de cerca de 103%, direta ou indiretamente. Isso nos diferencia da Argentina e do Uruguai. Neste, a carga tributária sobre a folha de pagamentos é de aproximadamente 40%; naquele, está em torno de 70%.

Esta a ponderação que gostaria de fazer: temos de objetivar soluções. Esta Casa está consciente disso e os partidos de oposição, bem assim os da base governista, já defendem esse posicionamento. Não sei o que falta para encontrarmos a solução.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Indago do Deputado Rubem Medina se gostaria da reação específica de algum expositor.

O SR. DEPUTADO RUBEM MEDINA - Sim, gostaria de ouvir o Dr. Roberto Giannetti da Fonseca, que foi quem mais falou sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Pois não. Tem a palavra o Dr. Roberto Giannetti da Fonseca.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA - Muito obrigado.

Deputado Rubem Medina, Vossa Excelência apresentou um ponto que, sem dúvida, vem sendo discutido no âmbito do Governo há algum tempo.

Diria, em primeiro lugar, que é consenso absoluto entre os membros do Governo, no Executivo, que a linha mestra da nossa política de comércio exterior é criar um ambiente econômico no País compatível com o processo de integração competitiva na economia mundial e, ao mesmo tempo, estabelecer um sistema de livre concorrência que preserve os setores competitivos da economia nacional. Além disso, também há concordância em tomo de que a idéia de exportar impostos - o que Vossa Excelência expôs com muita precisão - não é aceitável hoje na economia mundial. Da mesma maneira, onerar a indústria nacional com impostos que não são aplicáveis aos produtos estrangeiros é concorrência desleal, de certa maneira, porque trata de forma diferenciada produtos similares. Isso ocorre, infelizmente.

A questão da reforma tributária exige discussão absolutamente ampla e complexa, e talvez nem nos caiba fazê-la aqui, porque a reforma ainda não ocorreu.

O SR. DEPUTADO RUBEM MEDINA - Sim, mas poder-se-ia tratar esse assunto especificamente.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA - Sim. Na área de comércio exterior, o que posso dizer é que a questão da reforma tributária aplicável à exportação e à importação é absolutamente necessária, exatamente por este aspecto aqui apresentado: a inserção crescente do Brasil na economia internacional, sem que regras similares ou compatíveis de concorrência sejam atribuídas às empresas concorrentes.

A questão do ICMS - não somente no âmbito federal, pois talvez no âmbito estadual seja até mais grave - nas empresas com grande coeficiente ex- portador é absolutamente desestimuladora da exportação. Temos casos de empresas que acumulam crescentemente créditos fiscais cuja utilização pela própria empresa é inviável, o que acaba engessando o capital de giro e tomando aquele empreendimento inesquecível ou tomando desestimulante sua expansão e seu crescimento. É um absurdo, por exemplo, vermos empresas têxteis do Estado de Minas importarem algodão do Egito, que é mais barato do que o nacional, especialmente se para reexportação, no caso de *drawback*-, ou, como citei há pouco, empresas do Nordeste comprarem caixa de papelão da África do Sul. Temos de *draw make* de produtos intermediários e matérias-primas no Brasil cerca de 5 bilhões de d por ano. Eu diria, com absoluta convicção, que mais da metade desse *drawback* poderia ser eliminado e produzido no Brasil, gerando algumas centenas de milhares de empregos, gerando renda e impostos no País, se a legislação de matéria-prima nacional fosse adequada à legislação de *drawback* do produto importado, ou seja, se as matérias-primas adquiridas por empresas exportadoras fossem também desoneradas com a suspensão de impostos da mesma maneira que o produto importado. Existe fiscalização para isso, ela é possível. Existem hoje sistemas eletrônicos de fiscalização.

Portanto, para responder com precisão à pergunta de Vossas Excelência, aduzo que talvez falte maior debate do tema e vontade política, tanto do Executivo quanto do Legislativo. Exponho aqui com ênfase a necessidade, a pres- sa que temos de resolver esse assunto, na medida em que a exportação é hoje a variável-chave para o crescimento econômico sustentável do País. O aumento da base econômica - e, portanto, da arrecadação tributária, tão necessária para o ajuste fiscal - implica eliminação de alguns impostos de exportação que uma pequena renúncia resultará certamente em crescimento da arrecadação muito maior a curto e a médio prazos, na medida em que o País puder crescer a taxas de 4% ou 5% ao ano. Acho absolutamente desnecessário defender isso, porque é tão convincente e tão consensual que qualquer um que tenha mínimo conhecimento de teoria econômica saberá defender com mais precisão esse aspecto. Enfim, vontade política é fundamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Deputado Rubem Medina, Vossa Excelência deseja fazer a réplica?

O SENHOR DEPUTADO RUBEM MEDINA - Não se trata de réplica, Sr. Presidente. Sugiro a Vossa Excelência - e nós já tentamos isso algumas vezes - que a Comissão de Economia, Indústria e Comércio tome a iniciativa de conversar com o Poder Executivo, para tentarmos fazer uma modificação legislativa, ou que, a partir da própria Comissão de Economia, façamos projetos nesse sentido. Como já ponderei antes, ao longo do tempo temos discutido o assunto à exaustão e, objetivamente, acontece muito pouco do que gostaria- mos que acontecesse.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Não posso deixar de reagir a esse tema. Faço uma observação sobre o que disse o Sr. Secretário Roberto Giannetti, no sentido de comparação de cargas tributárias entre o Brasil e seus concorrentes no mercado exterior.

Confesso, Sr. Secretário, que fico às vezes um pouco surpreso com o volume de argumentações que, sob meu ponto de vista, mostram enorme fragilidade no que diz respeito à carga tributária e ao comércio exterior. Vejo, por exemplo, o Brasil com desvantagens competitivas em relação a países que têm carga tributária média muito superior à do Brasil. Temos carga tributária média de 35%.

Vossa Excelência anunciou que temos impostos que outros países não têm. Acho que não será o tipo de imposto que temos ou deixamos de ter que vai definir a competitividade de um país, mas a carga tributária que efetiva- mente cada sociedade é obrigada a suportar e a carregar. Nós concorremos com países que têm cargas tributárias de 40%, 45% ou 50%, mas perdemos. Portanto, não se trata apenas do tipo de imposto, embora essa seja uma preocupação fundamental, porque determinados tipos de impostos podem até dificultar, digamos, a desoneração do processo de exportação, o que o Governo está tentando fazer.

Contudo, chama-me a atenção esse aspecto. Nossa carga tributária relativamente à maior parte dos nossos concorrentes é diferente, mas não superior. Além do mais, estamos tentando estabelecer - e volto àquele ponto que já levantei e sobre o qual gostaria que o Dr. Roberto fizesse uma abordagem - o que está citado, na medida em que o Governo propõe criar a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico para tributar produto importado. Se se tributa o produto interno, por que não tributar o produto importado?

Outro aspecto. Vejo a questão tributária s« apontada como a grande causadora do nosso déficit comercial, mas ao mesmo tempo vejo uma desvalorização cambial de mais de 100% em dois anos e de 40% em menos de seis meses, mas nem por isso as exportações reagiram, ao passo que o peso dessa alegada carga tributária não desonerada pode representar 5% ou 10% no valor de exportação. Por outro lado, a própria política cambial vem dando fantástico potencial de elevação da competitividade, sem que o setor exportador tenha sido capaz de reagir.

São essas questões que precisamos aprofundar, para não ficarmos sempre batendo na mesma tecla: .. Às vezes é a questão tributária etc.". Na realidade, parece-me que se trata de um conjunto de medidas que implicam discussão em torno da política comercial interna e externa, da política de concorrência e também da questão tributária, além de outros aspectos, como a questão logística e a dos mecanismos de exportação, que ~ S' tão bem conhece e já foi capaz de explicitar para nós aqui ~ vários debates.

Passo a palavra ao Deputado Jurandil Juarez.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ- Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores conferencistas, inicialmente gostaria de saudar o Presidente pela iniciativa desta audiência pública e registrar minha satisfação, devido ao seu valor, inclusive em termos de conteúdo. Tenho de ser breve, mas vou apresentar algumas questões muito rapidamente, e não serão apenas duas ou três. Gostaria de começar pelo que disse o Presidente ao final de sua fala, pois acho que essa acabará sendo a tônica de todas as nossas intervenções.

Queixar-se do Legislativo ~ relação à reforma tributária é algo que não bate bem, porque, se houve disposição para algo nesta Casa, nesta legislatura, foi para fazer a reforma tributária. Inclusive, esta Casa apresentou projeto que foi discutido por toda a sociedade brasileira, foi levado a todos os estados brasileiros. Se houve um projeto que tenha sido tão exhaustivamente discutido quanto o da reforma tributária, ele não está em minha lembrança.

Depois, contudo, ele foi completamente esvaziado. Mas posso-lhes assegurar que isso não ocorreu por iniciativa desta Casa. Portanto, quando o Executivo vem aqui e nos diz que falta vontade política ao Executivo e ao Legislativo, posso até, como membro do Legislativo, aceitar, porque, certamente, se tivéssemos pressionado mais, poderíamos ter levado adiante o projeto. Mas posso-lhes assegurar que nos últimos tempos nunca houve vontade tio majoritária de um Poder Executivo como se tem agora, na aliança que dá sustentação ao Poder Executivo hoje ao Governo Fernando Henrique. Inclusive, participo do partido que faz parte dessa base de sustentação. Acho que nos últimos tempos nunca houve um governo que fizesse passar tantas matérias do seu interesse como hoje. A rigor, diria: nada aqui passa que não seja da vontade do Governo. Portanto, se faltou vontade política para fazer uma reforma tributária que atendesse a esse tipo de interesse que estamos discutindo hoje, pode ter havido muita cumplicidade do Legislativo, mas com certeza não foi mais do que a do Executivo.

Engraçado é que essa questão tem um senso comum o de que temos uma carga tributária que prejudica o setor exportador. Certamente, não consigo entender o porquê de não fazemos a reforma tributária.

Entendo perfeitamente, ademais, o Poder Executivo deseja muito ter contribuições e não impostos. No sistema federativo, os impostos fazem parte dos fundos de participação dos estados e municípios; as contribuições, não. É exatamente a incidência dessas contribuições, PIS, Cofins e inclusive a CPMF, que volta agora a t~ um pedido de renovação até 2003, que onera significativamente ps exportações.

Com referência à iniquidade do sistema tributário, ao que foi apresentado com absoluta precisão aqui, diria: na hora em que o Poder Executivo tiver

vontade política, o Poder Legislativo estará com certeza com vontade também de fazer essa reforma, atendendo sobretudo às imposições no que diz respeito à inserção do Brasil no processo de globalização, o que hoje é inevitável.

Temos aqui representantes de vários ministérios. Algo me chama a atenção: o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio é que comanda a política de comércio exterior. Esse Ministério é de uma instabilidade política extraordinária! Tivemos pelo menos cinco ministros em menos de quatro anos de Governo!

Vou fazer uma pergunta que pode até parecer espinhosa, mas o sentimento que tenho é de que isso tem atrapalhado muito. A falta de comando de política de comércio exterior teria atrapalhado o bom andamento dessas demandas que todos apresentamos aqui. Pergunto, então, principalmente àqueles que estio no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comercio, se têm também esse sentimento de que a instabilidade política do Ministério tem dificultado.

Também gostaria de dirigir-me especificamente à Dr^a Lytha Spíndola. Disse Sua Senhoria que o empresário desconhece a legislação que pode apoiá-lo, no caso de defesa comercial e até de defesa de concorrência, mas em contra- partida falou na demora das soluções. Como sou da área empresarial. como milito na área. eu lhe diria que ocorre nessa área algo similar ao que acontece nas delegacias de polícia: às vezes não registramos os assaltos que ocorrem porque não acreditamos muito que haja solução para eles e que, portanto, seja uma perda de tempo fazer esses registros. O exemplo não estaria assim muito distante. não quanto ao conhecimento da legislação, mas sim quanto à desconfiança de que não haveria soluções ou, se houvesse soluções, não seriam para atender à urgência eventualmente existente. Não seria essa distAncia que esta- ria estabelecendo a pouca consideração do empresário em reconhecer às instâncias legais para se proteger.

De modo geral, seriam essas as considerações.

Para finalizar refiro-me aos problemas do setor de transporte, tanto aéreo quanto marítimo. Para o setor de transporte marítimo há uma legislação, a nova Lei dos Portos. que é da década passada, mas que trouxe um componente de modernidade. Há enorme dificuldade de fazer com que essa lei pegue. Apesar da vontade apresentada até pelo próprio Ministério dos Transportes de privatizar. de regionalizar a administração, municipalizando ou estadualizando portos, que funcionam como verdadeiros dinossauros e que não conseguem agilidade, perguntaria também se, apesar de essa legislação ser tão moderna, o Poder Executivo não estaria trabalhando de forma um pouco lenta em sua implementação, no lado que lhe é de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado.

Deputado Jurandil Juarez.

Entendo que a pergunta foi dirigida à Dr^a Lytha Spíndola e ao Dr. Roberto Giannetti

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - De modo geral, sim, mas há outros funcionários do Ministério que nos poderiam dar. se fosse o caso. uma resposta, sobretudo no tocante à questão da instabilidade política do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra)- Passo a palavra, primeiramente, para a Dr^a Lytha Spíndola.

A SRA. LYTHA SPÍNDOLA - Obrigada, Sr. Presidente. Deputado Jurandil Juarez, Vossa Excelência mencionou questões muito relevantes. Quero voltar ao tema específico da defesa comercial e da concorrência, porque temos muito a discutir a esse respeito.

Não falamos na discussão que se faz hoje no âmbito da OMC sobre regras de antidumping, discussão muito importante para o Brasil, porque alguns países, em especial os Estados Unidos, de forma arbitrária, utilizam-se de instrumentos de defesa comercial como barreira protecionista, de maneira questionável. Isso já foi comprovado. A posição brasileira a esse respeito é muito firme e clara, afinal, somos signatários desses acordos de defesa comercial e queremos aperfeiçoá-los no âmbito das rodadas de negociações internacionais. Questões como essas poderiam ser discutidas.

Em relação ao comando na política, fico muito à vontade para dizer que a razão de ser da Camex – e o Sr. Roberto Giannetti da Fonseca está presente- é a busca do Governo Federal por uma solução coesa de todos os órgãos envolvidos no comércio exterior. Qual a dificuldade do comércio exterior? Ele afeta todas as políticas do País: agricultura, transporte, a política cambial, monetária e fiscal. Precisamos ter ação coordenada.

Vou dizer com franqueza: atribuo essa dificuldade à falta de prática. Ninguém sabe fazer nada se não estudou, se não aprendeu, se não treinou, se não debateu. O Brasil é criança nesse jogo. Entramos no comércio há pouco mais de dez anos, de peito aberto, sem reserva. Fizemos uma abertura, a qual não vou qualificar nem julgar. Ela é fato consumado. Não reformamos nossas instituições para dar suporte às necessidades criadas por esse jogo. de abertura competitiva no comércio. As instituições brasileiras foram criadas, formadas e consolidadas historicamente voltadas para dentro, para uma economia fechada, como disse o Sr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro. A base do sistema tributário brasileiro é a 6.567, Vossas Excelências sabem disso. De- pois várias contribuições foram sendo dadas, em virtude das mudanças ocorridas em 1988 e de alíquotas elevadas, mas a essência do sistema tributário foi ditada por uma economia que olhava para dentro do País, para uma economia fechada.

Portanto, não temos um sistema tributário criado, por exemplo, por países que historicamente tenham intercâmbio maior com o exterior, como mencionou o Deputado Marcos Cintra. Cinquenta por cento das receitas do Chile vêm do exterior; 50% do seu PIB advêm de intercâmbio internacional. Os países asiáticos, até por necessidade, não têm território, não têm insumos, não têm matérias-primas. Eles precisavam, para o próprio abastecimento interno, estabelecer comércio com outros países, não só pela proximidade física e geográfica. Os países da Europa mandavam mercadorias de um lado para outro, intercambiavam entre si. Portanto, o grau de abertura dessas economias ao exterior é historicamente maior, o que lhes permitiu ir resolvendo seus problemas ao longo dos anos. O Brasil vivia de forma fechada e autônoma, com um comércio sustentado em meia dúzia de *commodities* e um controle administrativo do Governo sobre os saldos comerciais, o que permitia ao País não importar. Isso há muito pouco tempo. Feita a abertura, acabamos de herdar instituições que não fizeram reformas modernizantes. Elas o estão fazendo agora, com todo esse sofrimento, com toda essa dificuldade.

Portanto, a ação da Camex é exatamente esta: coordenar os cinco principais ministérios que intervêm no comércio exterior, de forma a saber quais são os problemas recorrentes, a fim de tentar adotar soluções adequadas e necessárias.

Quero dizer também, não como crítica, mas como constatação de fatos: o Governo, seus integrantes e suas estruturas não foram criados para isso. A força da inércia é muito grande; as mudanças são muito difíceis e sofridas durante todo o processo. O Governo, assim como a própria sociedade, está se preparando para isso. No setor privado, por exemplo, encontramos litígios entre empresas que disputam mercado internamente, de forma feroz. Nessas disputas, enfraquecem-se mutuamente, ao passo que no resto do mundo as empresas conseguem fazer preços internos visando terceiros mercados. Nosso inimigo está lá fora, não aqui dentro.

Há muito tempo vivenciamos situações em que todos os setores que têm liderança na exportação enfrentam dificuldades de composição interna. por- que hoje têm de fazer al- e pactos internos fundamentais, a fim de negociarem no mercado externo, que é muito mais agressivo. Graças a Deus, estão descobrindo que essas brigas intestinais acabam por depreciar o conjunto da produção nacional naquele setor e que, portanto, t!m de superar essas peque- nas dificuldades; têm de se sentar à mesa para negociar lá fora. Isso já ocorre no âmbito do Mercosul. Disputamos com o Chile o antidumping no setor de papel e celulose. Mas se há excesso de produção no Brasil e no Chile, nos países do Mercosul, em sentido amplo, e falta produto no resto do mundo, temos de parar de brigar. Brasil e Chile que têm excedentes. Faça-se um acordo. Esse é um caso específico em que o processo antidumping já podia ter sido concluí- do com aplicação do Direito, mas os signatários, os peticionários não cedem. Estamos tentando um acordo de cavalheiros. Caso contrário, o Brasil não vai resolver seu problema de excedente e vai ter de deprimir preços. O Chile também não vai conseguir.

Estamos formando missões comerciais conjuntas para colocar esse excedente de produção regional em terceiros países. Esse é um aprendizado muito difícil e, às vezes, temos de direcionar a questão para um contexto histórico maior, a fim de que se tenha idéia, primeiro, de que Governo não muda tudo (legislação, procedimentos, estrutura) de uma hora para outra. Esse é um processo crescente, cumulativo e adaptativo. O setor privado, idem.

Fico muito feliz em ver que o Legislativo dá importância à discussão de temas relativos a negociações internacionais no âmbito da Alca, da União Européia, da OMC e de protecionismo. Em outros países, o trabalho feito pelo Poder Legislativo é muito importante. Eles realmente direcionam a política de Governo do Executivo para as negociações internacionais, em especial os Estados Unidos, onde se fala muito *em fast track* ou em TPA, em Authority Policy.

Nesse sentido, as questões de ajuste interno precisarão ser enfrentadas. Para tanto, temos de somar esforços, porque hoje nosso inimigo está lá fora. Temos de ganhar essa disputa comercial; temos de fazer pactos internos e deixar de consumir energia internamente. E o papel da Camex nesse contexto é juntar todo mundo para debater à exaustão temas de interesse. Às vezes é difícil, porque cada um tem seu próprio viés, cada um quer defender seu segmento. Por exemplo, a indústria do vestuário do resto do mundo quer comprar tecido pronto do Brasil sem imposto. E por quê? Obviamente porque tem estampa, tem tecnologia, tem coisas diferentes e ela quer estar atualizada em termos de moda. Mas se diminuir a alíquota, a indústria de tecido no Brasil não sobrevive, porque há o Custo Brasil e todo um viés importador, o sistema tributário e etc. Por outro lado, a indústria de tecidos quer comprar fios sem impostos e a indústria de fios quer comprar matérias-primas iniciais do processo produtivo. Todos querem proteção. Não temos pactos produtivos completamente consolidados no País que permitam à indústria como um todo negociar melhor lá fora. Felizmente, essa necessidade está proporcionando encontros como este, para ampliação do diálogo. Creio que, a partir disso, o Brasil terá mais força frente aos estrangeiros e não se perderá tanto em pequenas disputas internas.

Temos de fazer esse dever de casa, sim. É uma herança histórica, a economia era fechada. Abriu-se. Como em tudo, as mudanças são lentas e muito difíceis, porque envolvem pessoas, interesses e instituições. Existem agentes que querem se modernizar, enquanto há outros que querem manter privilégios ou fatias de mercado, o que, em regime de competição maior, de abertura, não vão conseguir manter. Esses conflitos têm de ser tratados em todos os âmbitos e a Camex, acredito, tem papel essencial nesse processo.

Quanto à demora de soluções, temos procurado minimizar os prazos. Muitas vezes a demora não depende de nós, mas de fatores externos: ou surgem fatos novos ou o próprio interessado pede verificação *in loco*, o que demanda mais tempo. É preciso avisar antecipadamente o país estrangeiro que se pretende fazer visita e inspeção na fábrica, na indústria etc. Mas o fato é que se o senhor perguntar a todos os que têm hoje processos abertos junto ao departamento, tenho certeza de que vai encontrar um índice de respostas positivas muito alto em relação aos processos que estão em andamento atualmente.

É claro que gostaríamos de atender a mais pessoas. Precisamos divulgar que esse serviço está disponível e, na medida em que for necessário, reforçar nosso time, nossa equipe, nossos recursos, para dar vazão à demanda, que certamente será crescente. Mas muita gente vai dizer: "Vai demorar demais, daqui a um ano já quebrei". Se fizer direito, em no máximo noventa dias temos um direito.

Portanto, temos de aperfeiçoar esse trabalho e não alterá-lo radicalmente, porque o *feedback* que nos dá a indústria é de que há satisfação crescente com o desempenho da área técnica responsável pela matéria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Obrigado, Sr^a Lytha Spíndola.

Em função da qualidade das respostas e das intervenções, constrange-me ter de solicitar aos participantes que sejam breves nas suas intervenções, até porque o Sr. Roberto Giannetti da Fonseca precisará ausentar-se.

Passo a palavra, inicialmente, ao Sr. Roberto Giannetti da Fonseca. Depois abrirei espaço para os componentes da Mesa que queiram reagir aos comentários do Deputado Jurandil Juarez.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Jurandil Juarez, Vossa Excelência afirmou com muita precisão que a sociedade tem a percepção de que a Lei dos Portos não pegou. Essa é a percepção que, sem dúvida, domina hoje o setor privado. Portanto, vou esclarecer rapidamente essa questão.

O erro da privatização dos portos começou pela forma como foi feita. Reconheço isso porque vim do setor privado e tenho, antes de mais nada, de olhar pela racionalidade das decisões e dos fatos econômicos. Quando se realiza uma privatização - isso é teoria -, simplesmente transfere-se conhecimento, experiência empírica a outros países. Há dois objetivos: um patrimonialista, outro no âmbito da competitividade, especialmente quando se trata de serviço público.

No caso do Brasil, houve excessivo enfoque ao objetivo patrimonialista e quase nenhum enfoque à competitividade. Tentou-se estabelecer a privatização dos portos, das concessões, com base simplesmente no maior preço. Quem pagasse o maior preço, ganhava. Não se observou o tipo de serviço que seria prestado e a que custo. Com isso, os concessionários privados de terminais portuários tomaram-se relativamente menos eficientes e competitivos do que poderiam ser. Eles hoje têm baixa rentabilidade, pelo que tenho conhecimento. Tiveram de reduzir seus custos, em face da competitividade.

Bem ou mal, obteve-se resultado na pós-privatização. Houve redução de custos, por exemplo, na movimentação de contêineres. Antes, por volta de 500 dólares por contêiner, hoje está na faixa de 150 a 200 dólares essa movimentação. Parece que caiu bastante. É satisfatório? Não. Em Roterdã, Baltimore e mesmo em países latino-americanos, como Vera Cruz, México, pagam-se 70 a 80 dólares para movimentar um contêiner. Nós ainda custamos o dobro em dólar. Em termos de real, onerou-se mais ainda a competitividade da nossa indústria, dada a desvalorização da moeda, conforme observamos recentemente.

Em relação aos portos, temos hoje equipamentos obsoletos e mão-de-obra excessiva e improdutiva, problema esse que ainda não foi resolvido. Estamos evidentemente, de forma realista, observando como podemos resolver a questão do Programa de Demissão Voluntária que se pretende executar no setor portuário, para eliminar a excessiva carga de mão-de-obra que onera todas as nossas operações de exportação e importação.

No que tange aos equipamentos obsoletos, está em vias de ser implementado o chamado Programa Reporto, por intermédio do qual se procurará eliminar gargalos, especialmente nos principais portos, gerados pela falta de equipamentos ou pela obsolescência destes, fora que estão da atualidade do movimento de portos internacionais.

Cito um exemplo de algo que me aflige tremendamente na questão dos contêineres por falta de informatização dos portos brasileiros. Temos desequilíbrio entre a origem e o destino no uso dos contêineres, o que faz com que 30% dos 1 milhão e 800 mil contêineres movimentados nos portos brasileiros fiquem ociosos. Ou seja, quase 500 mil contêineres ficam parados nos nossos portos durante meses e de forma permanente. Um sai, outros entram, esperando alguma carga que venha a entrar naquele porto, para poder dar saída àquele contêiner. Isso ocorre por falta de informatização que crie um controle mais eficiente do uso de contêiner no País. É lógico que essa é uma função do setor privado. O que o Governo pode fazer com isso? Estimular. Ele tem de cobrar *performance* e desempenho.

Então, estamos procurando, por meio de um fórum de logística integrada que criamos junto à Associação de Comércio Exterior, debater todos os problemas da logística brasileira, principalmente o dos portos.

Quando comentei a questão da Marinha Mercante, esqueci de mencionar um aspecto, inclusive para aproveitar a presença do Sr. Paulo de Tarso, do Ministério da Justiça, que me foi trazido recentemente pelos exportadores brasileiros. A Marinha Mercante, hoje cartelizada num pequeno número de empresas estrangeiras, nos últimos doze meses - talvez dezoito meses, porque isso já tem algum tempo -, aumentou em 200% o frete, de forma simultânea, para os principais destinos. Todos ao mesmo tempo. E não há opção: o exportador brasileiro sucumbe diante da posição de um pequeno grupo de amadores estrangeiros que hoje domina a Marinha Mercante do Brasil. E não temos mais, volto a dizer, empresas de navegação de longo curso de bandeira brasileira. Foram todas internacionalizadas por aquela indevida e incorreta legislação tributária e trabalhista, que expulsou praticamente as empresas e os empregos do Brasil. É um caso nítido de cartel que, imaginamos, venha a ser apresentado ao Cade, se é que já não o foi, porque não é possível que isso venha a ser mais um obstáculo às exportações brasileiras.

Quero também responder rapidamente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Marcos Cintra, que me fez a seguinte pergunta: por que a exportação brasileira não deslança, apesar da desvalorização cambial?

Não há dúvida de que estamos todos com essa angústia, mas temos de olhar um pouco o que acontece ao redor do mundo. Em primeiro lugar, a desvalorização das outras moedas, especialmente o euro e também as moedas asiáticas, foi quase equivalente à do real. Então, *vis-à-vis* os principais mercados, destino da nossa exportação, com exceção dos Estados Unidos - evidentemente o dólar se mantém como moeda forte -, não ganhamos grande competitividade por ajuste cambial. Ganhamos alguma competitividade, não muita. Em segundo lugar, nos últimos seis meses, especialmente, houve retração da demanda mundial e isso está afetando todos os países. O Brasil não é indiferente a isso. Até o Japão e a Alemanha, dois gigantes da economia mundial, observaram queda no volume de exportação de 2000 para 2001. O Brasil está crescendo de forma razoável, tivemos um crescimento de cerca de 8,8% até o final de julho, em 2000 e 2001, o que é muito aquém dos 200/0 que desejávamos para a exportação brasileira.

Não podemos nos iludir com a idéia de que basta câmbio para fazer o ajuste competitivo, até porque o ajuste cambial onera o passivo das empresas, as importações de máquinas e equipamentos importados e matérias-primas importadas, especialmente o petróleo, que precisamos trazer para a economia brasileira. Portanto, o efeito líquido da desvalorização também não é total. Tem-se um efeito líquido reduzido, porque todo o insumo de fatores de produção importados acaba implicando aumento de custo para a economia nacional.

O que vai de fato trazer o aumento sustentado das importações brasileiras é a criação de um ambiente competitivo em que os custos financeiros, tributários e logísticos sejam iguais e estejam em isonomia com o resto do mundo. Essa é a missão da Camex. Enquanto eu estiver à frente da Câmara do Comércio Exterior, vou-me lembrar diariamente de que minha missão é trazer os custos de logística tanto quanto possível. De certa forma isso poderá depender só de mim, porque hoje grande parte dos custos financeiros, por exemplo, está na relação da credibilidade externa da economia brasileira. Se tivermos um forte superávit na nossa balança comercial, certamente os custos financeiros para a economia brasileira como um todo vão reduzir. E os custos tributários dependem também de uma discussão pragmática, realista, sem preconceito, do que precisa ser feito, já que a reforma tributária é tema polêmico, controverso.

Reconheço, como bem disse o Excelentíssimo Senhor Deputado Jurandil Juarez, a dificuldade para realização de uma reforma tributária ampla pelo Executivo e Legislativo em conjunto, porque há impedimento de ordem distributiva entre os Estados e os vários órgãos do Executivo. Mas, enfim, a competitividade sistêmica virá pela redução de custos tributários, financeiros e logísticos da nossa economia. Essa é nossa missão e estamos interessados em cumpri-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Indago se algum outro componente da Mesa deseja reagir aos comentários do Deputado Jurandil Juarez.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Deputado Marcos Cintra, permita-me Vossa Excelência fazer breve intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Pois não Deputado Sílvio Torres. Antes, porém, informo que ainda há três inscritos: os Deputados João Pizzolatti, Jairo Carneiro e Augusto Nardes. Se houver acordo, sugiro que esses parlamentares façam suas perguntas, às quais os componentes da Mesa poderão responder, em conjunto, posteriormente.

Com a palavra o Deputado Sílvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Senhor Presidente, sou membro da Comissão de Finanças e Tributação, cuja reunião encerrou-se há pouco.

Apesar de muitas dificuldades e obstáculos, aprovamos o projeto do Deputado Michel Temer que desonera as exportações do PIS e Cofins, que sobre elas incidem em cascata. Essa a contribuição do Legislativo, fato do trabalho feito com o Executivo, para eliminarmos os obstáculos do caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado, Deputado Silvio Torres, pelas informações.

Se todos estiverem de acordo, passo a palavra, primeiro, aos três deputados inscritos; posteriormente, aos convidados que compõem a Mesa.

Com a palavra o Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI - Senhor Presidente, senhores conferencistas, parablenho-os pelo momento, até porque é extremamente oportuno. Hoje nosso gargalo continua sendo a balança comercial.

Estamos aqui desde 1995, Sr. Roberto Giannetti, votando reformas constitucionais, abrindo mão de nossos projetos de lei, apoiando integralmente todas as reformas propostas pelo Governo - faço parte da base de sustentação - justamente para resolver nosso problema de balanço primário, mas ainda temos esse gargalo seriíssimo que é a balança comercial.

Sou de Blumenau, Santa Catarina, região que sofreu muito, principalmente em 1995, quando escancaramos nosso mercado. Como não fomos avisados da abertura, apanhamos igual a cachorro magro, principalmente devido à importação predatória da Ásia. Não só Blumenau, Joinville, Brusque, em Santa Catarina, mas também a região de Americana, em São Paulo, teve seu parque industrial atingido. Em momento algum nos posicionamos contra a abertura, pois a consideramos uma necessidade. Faltou, na verdade, tempo para que o setor empresarial se adaptasse, o que fez rapidamente. A desarmonia no País reside no fato de o setor empresarial procurar adaptar-se ao mercado e à concorrência internacional. Como consequência, o Governo e o Congresso brasileiros não estão tendo a agilidade de que o setor empresarial privado precisa. Também quero informar que Santa Catarina historicamente é superavitária. Apesar de todos os problemas que enfrentamos, nossa economia tem colaborado com a balança comercial do País.

Não quero ser repetitivo, mas desejo me agregar ao Deputado Jurandil Juarez. O Sr. Roberto Giannetti afirmou que realmente os problemas de portos, navegação aérea e estrutura tributária do País são seriíssimos. Há inclusive tentativa de alterar-se gradativamente a questão tributária.

Fiz parte da Comissão Especial da Reforma Tributária durante anos. mas recusei-me a continuar participando dela enquanto não houvesse definição do Governo no sentido de realmente fazer uma reforma tributária e fiscal. Discutíamos naquela comissão vários problemas. como os interesses dos estados. as diferenças entre estados produtores e consumidores. o valor agregado. que. dependendo de como vem. prejudica ou beneficia. Mas o fato é que o Congresso brasileiro - isso é importante - tem como determinação viabilizar não 86 linhas de crédito para exportações. mas também o acesso a esses recursos oferecidos pelos agentes financeiros públicos. como o Banco do Brasil. a Caixa Econômica. Contudo. precisamos de fato que o Governo dê prioridade a isso.

Faço parte da Comissão de Turismo. que tem repetido País afora que o turismo só vai acontecer quando sair do discurso. Todo mundo sabe que ele é importante; é uma indústria que cresce. que gera emprego. A receptividade. no discurso. é fantástica; porém, nas ações. nas prioridades do Orçamento do Governo. não há receptividade alguma. Isso tanto por parte do Governo Federal quanto do Estadual e Municipal. Pelo que entendemos. há necessidade de o Governo Federal priorizar o comércio exterior. Todo o esforço que fazemos desde 1995. assumindo o desgaste perante a sociedade. é porque não temos coragem de assumir e tentar resolver o problema de forma agressiva, não nos preocupando tanto com as corporações. cuja resistência tem sido muito pesada. Provamos que as reformas administrativas e as quebras dos monopólios podiam acontecer. Hoje a sociedade tem consciência da importância das mudanças que o Congresso brasileiro promoveu.

Quero dizer à Sri Lytha Spíndola que fico muito contente com os mecanismos que se criaram para que o Brasil se integrasse às regras da Organização Mundial do Comércio e para que se protegesse. Mas o setor produtivo hoje sente-se abandonado em relação ao comércio exterior. Não sei se falta agressividade na divulgação das metodologias. dos mecanismos que existem no Governo. na secretaria. no ministério. para auxiliar. proteger e buscar essa parceria com o setor produtivo ou se dependemos exclusivamente da mudança de cultura no setor empresarial. Mas o setor empresarial. como a senhora mesmo afirmou. já demonstrou ter essa consciência. Se for necessário. une-se internamente para brigar lá fora. Quer dizer. ele tem essa agilidade.

Fico feliz por termos tido êxito em 75% dos 5 I processos de salvaguarda. Mas. se fizermos uma avaliação. verificaremos que ainda é muito pouco. Se levarmos em conta a dimensão do setor produtivo brasileiro. veremos que o número de processos é muito pouco. mas é grande o seu êxito. Quer dizer. há uma falha que precisamos identificar. Por que não temos mais tantos processos e por que existe esse sentimento de abandono de grande parte do setor produtivo?

Também pergunto ao Sr. Paulo de Tarso se os mecanismos jurídicos hoje existentes permitem que tenhamos acesso a outros mercados, principalmente o americano e o da Comunidade Européia. Possuímos, por exemplo, mecanismos de *antidumping* e várias formas de discutir a questão na Organização Comercial do Comércio, mas não consigo entender por que ainda temos grande dificuldade em romper outros instrumentos de proteção usados por determinados países, como a laranja nos Estados Unidos. Eles dizem que isso é devido ao trabalho do menor brasileiro. Quer dizer, buscam argumentos para que não possamos ter acesso ao mercado deles.

Portanto, minha pergunta: existem mecanismos jurídicos legais nesses acordos internacionais que nos permitam não só discutir os mercados desses respectivos países, mas também ter acesso a eles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado Deputado João Pizzolatti.

Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIR CARNEIRO - Senhor Presidente, Sras. E Srs. Membros da Mesa, vou fazer uma consideração mesmo sem ser especialista ou perito nessa área.

O diagnóstico aqui produzido apresenta um quadro realista e de certo modo dramático para nós, brasileiros, no instante ~ que atestamos que a globalização é um fenômeno irresistível e avassalador, pois rompe barreiras e conceitos tradicionais, como o próprio conceito de soberania política e de domínio da economia nacional. Hoje o conceito de empresas mudou com a abertura econômica, com a modificação da legislação a partir da Constituição e com os mercados comuns, integrados, unificados. A grande preocupação haverá de residir na defesa da sobrevivência humana, da oferta de oportunidades de trabalho para que as pessoas possam existir e t~ certo grau de bem-estar e felicidade. Não adianta sermos fantasiosos ou românticos, imaginando que as empresas dos países ricos não avançarão, ingressarão e dominarão todos os mercados economicamente. Será um novo conceito de colônia. Nesse contexto, o Brasil figura como país pobre ou menos desenvolvido e que não pode dissociar-se dos outros mercados.

Minha preocupação é saber até que ponto os produtos produzidos seja por fabricantes nacionais, seja por conglomerados internacionais serão capazes de alcançar mercados fora do Brasil e trazer divisas para nosso País.

Abordo essas questões porque uma preocupação fundamental das autoridades governamentais e do empresariado no plano da realização dos negócios haverá de residir em buscar legislação e política agressivas para conquistar as alianças mencionadas, os consórcios entre empresas, a fim de que possa- mos vender a custo competitivo em outros mercados.

Hoje a China vende em todo o mundo as mais diversas bugigangas, a preço de banana. E nós estamos recebendo tudo isso e incluindo pequenos investimentos de empresas até locais, que poderiam gerar empregos e permitir a sobrevivência da população de pequenas cidades. Não temos qualquer tipo de barreira que impeça que aquele objeto produzido na China esteja em todas as casas e no interior mais longínquo do Brasil, como por exemplo, um utensílio doméstico, um termômetro e tantos outros produtos pequeninos. Como é possível uma lâmpada fluorescente de uso doméstico produzida na China custarem 15 reais, enquanto lâmpada de mesma potência, fabricada no Brasil, ainda que por multinacional, como a Phillips, custa 24 reais? Por que isso acontece? Que ação política governamental deve-se adotar para impedir esse tipo de fenômeno?

Dentre as considerações teóricas sobre o tema, essa questão é a que mais me preocupa. Solicito a qualquer componente da Mesa que se manifeste sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado, Deputado Jairo Carneiro.

Para responder às perguntas feitas pelos Deputados João Pizzolatti e Jairo Carneiro, concedo a palavra ao Sr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro.

Peço aos convidados que já façam suas considerações finais.

o SR. PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO - Muito obrigado, Sr. Presidente, vou tentar ser objetivo e direto.

Deputado João Pizzolatti, não existem propriamente mecanismos jurídicos que garantam o acesso a mercados internacionais, de forma que pudéssemos exigir essa abertura. estamos falando efetivamente de uma guerra comercial e, nesse contexto, a agressividade das exportações brasileiras decorre muito mais de negociação comercial propriamente dita do que de garantia jurídica no sentido tradicional da expressão. O que existe, obviamente, são os acordos decorrentes da Rodada do Uruguai, cancelados pela OMC, que vêm sendo objeto da presença intensa do Governo brasileiro neste organismo internacional - prova disso é a disputa da Embraer com a Bombardier - e que podem garantir ao setor privado algum espaço nesse mercado.

o Brasil hoje, salvo engano, não corresponde a 1% do mercado internacional em termos de transações efetivadas. Para um país de suas dimensões, essa de fato é uma *capitis diminutio* que precisaria ser reorientada. Eu diria que é uma séria questão de Estado, que exige reformulação no tocante à agressividade brasileira no exterior. Mas não é algo que esteja no plano da vontade política. Nenhum demiurgo seria capaz de estipular quais medidas deveriam ser tomadas. Esse é sobretudo um processo social em torno do qual a sociedade, o setor privado e o Governo precisam se organizar, para que possamos superar barreiras que estão disfarçadas, que são ou não alfandegárias, mas que de alguma maneira impede a geração de empregos e renda no País. Isso implica sobretudo a intensificação dessa estratégia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço ao Dr. Paulo de Tarso a intervenção e passo a palavra à Dr^a Lytha Spíndola.

A SRA. LYTHA SPÍNDOLA - Os senhores sabem quantas grandes empresas, no Brasil, declaram Imposto de Renda com base no lucro real? Cerca de 200 mil. Os senhores sabem quantas filiais ou escritórios de representação de empresas multinacionais existem no Brasil? Cerca de quarenta mil. Os senhores sabem quantas empresas exportaram pelo menos um dólar no ano passado? Dezesseis mil.

Cito esses números para vermos o quanto estamos aquém do nosso potencial econômico. Temos 40 mil filiais ou escritórios de representação de empresas multinacionais no Brasil. Dezesseis mil exportaram alguma coisa. Se expurgarmos dessas 16 mil empresas aquelas que exportaram eventualmente, que só fizeram uma venda ou várias vendas abaixo de 500 mil dólares, vermos que cerca de 5 mil empresas, de fato, exportam no Brasil. Isso é ridículo para o tamanho de nossa economia. Esses números são contundentes.

E, volto a dizer, o esforço que tem sido feito pelo setor privado é muito grande. Pequenas e médias empresas pedem para ser orientadas, querem buscar o mercado externo, porque sabem dessa importante opção para o seu crescimento. Mas não temos instituições que facilitem isso. Nossa legislação ainda é arcaica e burocrática. Precisarei muito do constante apoio dos senhores e mais fortemente daqui em diante -, para trazer as propostas de modernização de legislação, acabar com uma série de controles que hoje não se justificam, uma série de dificuldades, e deixar o fluxo de saída seguir, como faz o mundo todo. Tirando aqueles controles de matérias-primas, animais em extinção, produtos danosos à saúde, ninguém controla o resto. Eles mandam, exportam e quem controla é a porta de entrada. Temos de evoluir, ainda temos uma legislação paternalista. Ainda temos dezesseis órgãos de Governo que anuem a exportação brasileira. Isso precisa ser reformulado.

Não vou perder muito tempo - nem temos prazo para tanto -, quero deixar os outros colegas falarem. Estamos fazendo o portal da exportação, co-locando todo mundo junto. Temos realmente problemas com produtos asiáticos, problemas de valoração aduaneira em implantação e problemas de preços de transferência. Precisamos realmente tomar uma decisão. Queremos privilegiar o emprego, sem esquecer a vantagem do preço mais baixo para o consumidor. É o emprego que gera renda e capacidade de consumir no momento seguinte. Consumidor sem dinheiro não é nada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Obrigada, Dr^a Lytha Spíndola.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Giannetti da Fonseca.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA - Obrigado. Responderei às questões dos Deputados João Pizzolatti e Jairo Carneiro. Ambos comentaram a questão do comércio exterior como prioridade e importante variável hoje na economia brasileira.

De fato, esse reconhecimento já existe de forma nítida. O que talvez faltem são ações mais efetivas. Não que não existam os mecanismos e as fórmulas, pois já temos a formulação do que deve ser feito. A implementação nem sempre é fácil, porque envolve a ação conjunta de vários órgãos, mudança de legislação e também a iniciativa do setor privado, pelo qual não somos responsáveis, mas temos de induzir o setor privado a mais eficiente prática de comércio exterior.

Costumo dizer em meus freqüentes encontros com empresários da área exportadora, nas palestras semanais que fazemos, que o meu *slogan* hoje é o seguinte:, não basta produzir barato, é preciso vender melhor. O que está embutido nesta frase? Se os senhores compararem o custo de produção da indústria e da agricultura brasileira com o de outros países, verão que temos custo de produção extremamente competitivo - e qualidade também. embora nem tanto competitiva quanto o custo. Nossos produtos, em preço e qualidade, são adequados para o mercado internacional.

Existe, porém, falta de cultura exportadora, de levar o produto ao merca- do internacional, com distribuição organizada, marcas próprias e mais eficiente atitude no âmbito global. Essa é ainda a enorme carência do setor privado nacional. Então, por meio de vários mecanismos, também temos estimulado o setor privado a ter atuação mais eficiente, CONfiando *tradings* setoriais, consórcios exportadores, e eliminando concorrência predatória entre brasileiros no exterior. No setor de frangos, por exemplo, duas empresas - os senhores devem ter visto a notícia -, Sadia e Perdigão, ao invés de concorrerem entre si,

acusando-se de vender produto de baixa qualidade ou de preço elevado, o que tomava péssima a imagem do produto brasileiro no exterior, de produto barato e de má qualidade, resolveram unir-se.

Tudo o que um exportador quer é ter um produto mais caro, de valor agregado e de alta qualidade.

Existe todo um trabalho simultâneo e contínuo sendo feito no âmbito público e privado. Existem hoje dezessete medidas importantes em curso na pauta da Camex para implementação a médio prazo. Não diria que isso vai acontecer depois de amanhã, pois essas medidas estão ainda em processo de maturação. Mas temos de caminhar, de fato, para termos uma economia mais presente e competitiva na economia internacional. Caso contrário, os efeitos danosos sobre produção, emprego e renda no País virão ainda em curto prazo, porque já se fazem sentir.

Temos de tornar nossa economia de fato mais competitiva nesse aspecto do *marketing* internacional, como também na redução de custo das chamadas externalidades, na pós-produção, porque a coisa pega no custo da logística, nos tributos, no custo financeiro.

Repito: são essas três desvantagens competitivas que colocam hoje a nossa economia em risco, e temos de brigar cotidianamente para ganharmos essa batalha, que não é rápida, nem simples. Talvez a maior batalha da nossa existência como país seja fazer essa inserção internacional sem prejuízo dos nossos trabalhadores e dos nossos consumidores.

O País se prepara para isso. O desafio é imenso, e cabe a nós, brasileiros, decidimos o nosso destino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Obrigado, Dr. Roberto. Passo a palavra ao Dr. Armando Meziat.

O SR. ARMANDO DE MELLO MEZIAT NETO - Gostaria de ser bem objetivo, dizendo apenas que o sistema de defesa comercial no Brasil funciona, e bem. É uma coisa nova. Nem todos os industriais e usuários do sistema sabem que ele existe. Isso leva tempo, mas quem procura o departamento, quem procura a Defesa Comercial, quem procura fazer uso do sistema *antidumping* no Brasil, garanto aos senhores, está plenamente satisfeito, porque é um sistema razoavelmente rápido. O interessado apenas terá de se submeter a um contraditório, não é questão fechada. Ele não vai chegar lá e dizer: "Olha, eu quero que ponha o direito *antidumping*", e o Governo simplesmente responder: "Está bem." Não é assim. Ele terá de provar, por meio de dados, que realmente está sofrendo concorrência desleal. Se isso for comprovado durante a investigação, ele será beneficiado pela aplicação de sobretaxa, o que eliminará o dano que ele está sofrendo por causa do *dumping*.

No caso mencionado pelo Deputado sobre a lâmpada da China, por exemplo, teríamos de avaliar o seguinte: esse preço da China é desleal ou é competitivo? Então, se a lâmpada chinesa custa apenas 15 reais pelo fato de ser mais competitiva, parabéns para os chineses, e vamos tratar de nos tornar competitivos também. Esta é a filosofia.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A China vende a produção de uma indústria em cinco anos para o comprador do Brasil, da Argentina e do Chile. Ela não vende lá esse produto, vende no exterior.

O SR. ARMANDO DE MELLO MEZIAT NETO - Sim, vou contar agora o que já aconteceu aqui. Então, se for esse caso, parabéns para o chinês.

No Brasil já houve vários casos assim, como o do lápis, o do ventilador e o do cadeado. No caso do lápis, por exemplo, o preço do chinês aqui era mais baixo do que o valor da madeira contida nele. O direito *antidumping* chegou a 288%; no caso do cadeado, a 600%.

Então, existe o instrumento, e quando se constata que isso acontece, ou seja, que há prática desleal de comércio, que alguém entra no mercado brasileiro para deslocar a indústria brasileira. aplica-se a sobretaxa.

Quanto ao sistema antidumping, foi dito aqui que existe série de dúvidas e polêmicas pelo mundo afora. Mas o Brasil não deve mudar uma vírgula do que está fazendo, a não ser que os outros mudem. Não tem o menor sentido o Brasil ser mais restritivo na aplicação do *antidumping*, na defesa da sua indústria, do que os Estados Unidos, a União Européia e outros países em desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Mas faz com a rapidez necessária, Dr. Armando? Este é o grande problema.

O SR. ARMANDO DE MELLO MEZIAT NETO - Sim, com a rapidez possível. Como a Dr^a Lytha disse, dependendo do processo que receba- mos no Decom, em três meses o direito pode ser aplicado. No caso mencionado pelo Deputado Aloizio Mercadante, do fio de náilon, disse Sua Excelência que demorou dois anos, mas não foi este período. O peticionário diz que de- morou dois anos, porque começou a contar o prazo no primeiro dia, quando apenas pensou em pedir o direito antidumping. Mas do dia que ele levou o processo para nós até o dia que esse processo se tomou possível, não foram dois anos, mas um ano e meio, o que está previsto na legislação. E ele ganhou o processo.

Então, é o que precisamos ver. Não existe essa rapidez . (Não identificado) - No mundo inteiro existe.

O SR. ARMANDO DE MELLO MEZIAT NETO - No caso da fibra do pão, o que aconteceu? Em seis meses, fizemos uma proposta de aplicação do direito provisório, só que ele não foi aplicado.

Então, ocorre o seguinte: existe no sistema a previsão de que, num caso em que a indústria brasileira esteja sofrendo dano e vá quebrar, em seis meses aplica-se um direito provisório. O que tem de haver é consenso em torno da aplicação desse direito provisório.

O instrumento existe, é bom e funciona. Se o senhor for perguntar a todos aqueles que se utilizaram dele, eles dirão que as coisas aconteceram de forma muito boa e rápida. Em alguns casos, há uma complicação, pois existem casos polêmicos, em que a comprovação do dano não é tão óbvia. Então, existe uma discussão entre as partes, que precisa ser aprofundada até que se chegue realmente a conclusão fundamentada, a fim de que não se cometa injustiça com nenhum dos lados. Trata-se de processo nutrido pelo contraditório.

Muitas vezes, pelo tempo, pode parecer que o Brasil é que não está fazendo isso. Não é, no mundo inteiro é assim. O processo é previsto para demorar de um a um ano e meio, com a possibilidade de se aplicar direito provisório em três meses. Esse é o time. Muitas vezes o direito provisório não pode ser aplicado com três, quatro meses, porque determinadas questões não foram elucidadas. Então, têm de ser aprofundadas.

Garanto, porém, aos senhores que o sistema está funcionando, está em desenvolvimento e melhorando. Hoje em dia, o Brasil é considerado no exterior como grande usuário do sistema *antidumping*, lá fomos questionados algumas vezes em Genebra por estarmos usando muito. Então, precisamos tirar essa idéia de que usamos pouco, pois usamos muito, ou usamos bem e corretamente. Não adotamos qualquer tipo de viés protecionista, como outros países fazem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Antes de passar a palavra ao Dr. Cláudio Considera, gostaria de chamar a atenção do Diretor. porque discutimos essa questão do antidumping coreano aqui.

O processo, na realidade, foi aberto em 1998. Em dezembro de 1999, já havia tido uma decisão do Departamento de Defesa Comercial, que considerou existirem elementos suficientes para indicar a prática de *dumping*. Portanto, há praticamente dois anos já havia uma decisão do Decom.

Agora, ao que me parece, o direito compensatório só foi determinado há trinta dias.
(Não identificado) - Definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Na realidade, a preocupação da Comissão não é saber se o procedimento emperra aqui ou ali. O que desejamos, repito, é um procedimento ágil, que dê as garantias necessárias àquele que se sinta prejudicado e que tenha um mínimo de razão, como aparentemente acontece nos Estados Unidos. Parece-me que lá, no máximo em noventa dias, há uma decisão, ainda que preliminar. O direito compensatório é estabelecido e, depois, discute-se, digamos assim, se entra no mérito do caso com um pouco mais de profundidade.

Então, aproveito para fazer uma indagação ao nosso último conferencista, Dr. Cláudio Considera, pois me parece que tem havido alguma alteração, inclusive nos procedimentos de estabelecimento de direitos compensatórios. Parece necessário haver maior racionalização nos procedimentos, uma vez que, aparentemente - pelo menos pela informação que tivemos aqui -, esse

processo acabou emperrando no Ministério da Fazenda, onde, mesmo com deliberação do Ministério do Desenvolvimento, não houve presteza na decisão por parte do Ministério da Fazenda.

De modo que, ao pedir ao Dr. Cláudio Considera que faça suas considerações finais, também gostaria de obter um esclarecimento com relação a esse tema. Parece que esse é o fulcro do problema. O que interessa a nós, meros representantes do povo brasileiro, é que o sistema funcione. Se ele tem dificuldade no departamento A ou B do ministério A ou B, cabe a nós tentar resolver de alguma maneira.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO CONSIDERA-Obrigado, Deputado Marcos Cintra, pela oportunidade.

Não creio que processos emperrem no Ministério da Fazenda. Não há esse emperramento. A discussão da proposição do direito antidumping ocorre normalmente. Leva-se grande tempo discutindo o assunto no departamento de origem, no Decom. Depois, a proposta segue para que tomemos uma decisão em pouquíssimo tempo.

Nesse momento, várias empresas nacionais, do interior de Pernambuco, colocaram-se contrárias à aplicação do direito antidumping porque ele quebraria as empresas que importam esses produtos. Demonstraram-nos de várias formas que as alegações da empresa brasileira ou da empresa localizada no Brasil contra as empresas coreanas não estavam corretas. Então, houve toda uma discussão sobre a questão. O processo não está emperrado no Ministério da Fazenda; apenas levou determinado tempo, pequeno se comparado ao de investigação anterior, que foi longo mesmo. Como o Armando salientou, isso implica visita aos países onde está ocorrendo a produção. Quer dizer, naturalmente, é um processo longo, não é um processo simples de ser discutido.

Nesse caso, a aplicação do direito *antidumping* quebraria um conjunto de empresas brasileiras do interior de Pernambuco. Não foi à toa que buscamos essa questão, houve grande pressão por parte de vários deputados importantes desta Casa - aliás, todos eles o são para mim, mas vários deputados de renome e que falam da questão nesta Casa nos foram procurar e apresentar suas sugestões.

Houve essa discussão exatamente entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento. Ao final, chegou-se a determinado nível de aplicação de *antidumping*, que foi posto em prática. Essas discussões, portanto, acontecem mesmo. Mas isso não levou mais tempo, não foi emperrado no Ministério da Fazenda. Não temos esse tipo de atitude. Era necessário também proteger um outro lado da indústria nacional que iria quebrar, caso fosse aplicado o direito na proporção que se pretendia.

Quanto à reforma tributária. sou do Ministério da Fazenda, mas não me sinto muito à vontade de comentá-la. porque isso afeta a área da Receita Federal. Todas essas discussões foram travadas no âmbito da Receita Federal. Mas, como estamos num seminário, vamos tratá-la assim, vou tentar apenas levantar reflexões para essa questão.

A Sra Lytha Spíndola. ainda há pouco, lembrou que nosso sistema tributário é de 1965/1967. O Governo dessa época, lembramos bem, era ditatorial. Não havia independência dos estados, foi uma reforma tributária imposta por Poder Executivo ditador, não é verdade? Então, temos de lembrar em que momento isso foi gerado e em que momento estamos agora, discutindo nova reforma tributária para o Brasil, com ampla independência dos estados, ampla democracia. em que se discute tudo.

A discussão de uma reforma tributária hoje é muito mais complicada do que no passado. Além disso, muitas vezes se fala em reforma tributária e se pensa que todos querem abaixar nossos impostos.

Como há obrigações a serem cumpridas pelo Governo, como ele vai arrecadar o necessário que as obrigações que nós mesmos desejamos atendidas?

Essas questões têm de ser ponderadas no âmbito de uma reforma tributária. Existe uma série de coisas que queremos atender. E essa discussão se dará, certamente, no âmbito do Congresso Nacional: quem afinal vai pagar a conta das despesas que terão de ser realizadas? Estamos rediscutindo quem vai pagar a conta. Queremos tirar desse, daquele e daquele outro, mas vai sobrar para alguém o pagamento da conta dos mais de 33% do PIB que o Governo gasta para realizar uma série de ações que esta Casa também deseja sejam realizadas. Isso é votado em Orçamento. Ainda ontem o Ministro Pedro Malan salientou essas questões no Senado Federal.

Temos de entender que a reforma tributária é muito mais difícil de ser realizada hoje, não é um projeto simples. Ao longo destes trinta anos, foi agregada uma série de penduricalhos a essa reforma tributária, e sempre ao final do ano, para suprir as necessidades de gastos que o Governo se comprometeu a fazer no passado e que, de repente, precisava cumprir. Sempre, ao final do ano, a conta precisava fechar. Não temos observado isso hoje em dia. O Governo tem procurado adequar ao que arrecada o que está gastando.

Então, a reforma tributária tem de ser olhada mais amplamente, sem querermos atribuir a este ou àquele poder os problemas. Quando se vota cada uma das novas contribuições, começa a se tentar carimbar, ainda no âmbito da cobrança, o destino daquela contribuição. Isso torna difícil o processo. Podemos discutir o seguinte: em quem vão recair os tributos, quem vai pagar a conta e onde queremos alocar essa despesa. Mas não podemos fazer este carimbo: o que está aqui é para cá, senão ficamos totalmente engessados em termos da própria discussão do Poder Legislativo.

O Poder Legislativo sempre deve ter o direito de rediscutir a aplicação dos recursos arrecadados. O Poder Legislativo tem de discutir quem paga a conta e para onde vai. Essa é a questão final. Se começarmos a carimbar os recursos no momento de sua arrecadação, engessamos a tão rica discussão que o Poder Legislativo é capaz de fazer, sobre quem vai receber os recursos do Governo.

Gostaria também de salientar que acredito difícil a não-reforma tributária ser responsável pela falta de exportação ou por nossa exportação não ter agido bem à desvalorização cambial. Por mais que tenha sido compensada por desvalorizações cambiais dos nossos competidores mundiais - Coréia, por exemplo -, que desvalorizaram sua moeda por conta de crises em suas economias, dificilmente se vai poder atribuir à não-reforma tributária a compensação pelo fato de a desvalorização não ter alcançado toda a possibilidade de ir aos mercados externos.

Deve haver muitos outros fatores associados à nossa capacidade competitiva além, pura e simplesmente, da não-existência de uma reforma tributária. Deveríamos refletir, nessa reforma tributária, sobre esses aspectos. Embora realmente não me sinta à vontade para falar sobre esse aspecto, como estamos em um seminário, gostaria de levantar essas reflexões.

Abrimos dois processos administrativos na área de cartel de serviços de comércio exterior: um associado à taxa de movimentação de contêineres, impostas pelas empresas multinacionais sobre as exportações brasileiras. Esse processo está em andamento, não sei se já foi julgado pelo Cade. Fazemos a investigação e enviamos a julgamento. Não tenho muito tempo para acompanhar o efeito final disso. Abrimos outro, não lembro agora exatamente, também associado a essa questão de comércio exterior. E não sei se estamos investigando, neste momento, essa questão que o Dr. Roberto Giannetti da Fonseca levantou, o recente aumento de 200% nos fretes, todos feitos conjuntamente.

Se não estamos investigando ainda - minha área de investigação não me comunicou isso ainda -, vou procurar saber o que ocorreu.

Termino agradecendo à comissão esta oportunidade de vir conversar com Vossas Excelências. Para mim, é sempre um aprendizado vir a esta Casa, e tenho vindo com muita frequência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Quero agradecer ao Dr. Cláudio Monteiro Considera as considerações e dizer que, em momento algum, a Mesa usou o verbo "emperrar" com sentido pejorativo ou de má-fé. O que tentávamos dizer - e temos absoluta certeza da lisura dos procedimentos e do espírito público que preside o comportamento do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - é que, de fato, não é razoável que, três anos após o início formal de uma reclamação *antidumping*, praticamente não tenha havido uma decisão. Pergunto: Que empresa resiste a um ataque desleal de concorrente do exterior durante o período de três anos?

É lógico que são discussões complexas, inclusive o Secretário tem absoluta razão, vários parlamentares vieram à Casa dizer da importância da não-imposição desses direitos compensatórios em função dessas empresas, basicamente em Pernambuco, que eram supridas pelos produtos coreanos a preço mais baixo que o nacional. Mas o fato é que, segundo informações que tivemos, a empresa produtora nacional deixou de investir em uma planta de 150 milhões de dólares em função da incerteza propiciada pelo mercado interno.

O que buscamos aqui, Secretário, não é evidentemente, entrar no mérito da questão, até porque não compete à comissão decidir se é justificável ou não a imposição desses direitos compensatórios. O que queremos é agilidade. Esse é o problema fundamental que queremos discutir e para a resolução do qual inclusive nos colocamos à inteira disposição, tanto do Ministério da Fazenda, quanto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para a Casa poder oferecer toda colaboração.

Ao finalizar esta reunião, agradeço imensamente a todos a presença. Quero parabenizá-los pela qualidade das exposições e agradecer aos Srs.

Parlamentares presentes, que também abrilhantaram, com seus comentários, o conteúdo desta audiência pública. Quero dizer que vamos publicar nos *Anais* da Casa este debate. E, mais uma vez, reitero a disposição da Comissão de ser um elo, uma caixa de ressonância para essa discussão, que nos parece de fundamental importância.

Queremos também reiterar, aproveitando a presença dos dois Secretários e de um Diretor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que já formulamos o convite ao futuro Ministro Sérgio Amaral para vir a esta Casa - quem sabe até em primeira mão? - após a sua posse.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI - E desejamos que o Ministro fique anos nesse ministério, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Sem dúvida alguma. Este é o nosso desejo, como disse o Deputado João Pizzolatti.

Esta comissão é a que tem a maior interface com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de modo que gostaríamos imensamente que o Ministro pudesse, em sua primeira visita ao Parlamento brasileiro, discutir conosco problemas tão importantes como o que acabamos de debater aqui.

Mais uma vez, agradeço a todos imensamente.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº - CEP 70165-900
OS 5495/01
Brasília - DF

